



**ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

2011

**COMPARATIVO DOS
MUNICÍPIOS**



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

APRESENTAÇÃO

Esta é a décima primeira edição dos Estudos Socioeconômicos dos municípios fluminenses, que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro oferece aos gestores, legisladores, técnicos, pesquisadores e leitores interessados na realidade multifacetada das cidades e da zona rural que compõem o universo fluminense além da capital cosmopolita, centro das atenções do país.

Ao focalizar as realidades desses locais onde vive mais da metade da população do estado, os Estudos vêm contribuindo para prover elementos e propor alternativas aos poderes públicos locais para as demandas da sociedade. Ao apresentar, a cada edição, a evolução de uma série de indicadores que retratam seis anos consecutivos, ultrapassando o tempo de um mandato da gestão municipal, trazemos um conjunto de conhecimentos capaz de servir como fundamento para a elaboração de políticas públicas efetivas, tanto no âmbito de cada cidade quanto para suas regiões.

Esta coleção de noventa e um estudos, referentes a cada município jurisdicionado a este Tribunal de Contas, convida o leitor à reflexão sobre um leque de temas da maior relevância para o Estado do Rio de Janeiro. Este caderno comparativo a complementa com algumas análises feitas sobre a economia fluminense em 2010 e o desempenho do conjunto de seus municípios nos últimos anos. Todas as estatísticas das finanças municipais apresentam elevado grau de dispersão e sugerimos que seja feita uma leitura mais detalhada dos Estudos Socioeconômicos de cada município de interesse, bastando acessar o portal do Tribunal de Contas e clicar o mapa do estado para pesquisar a edição desejada.

Ao final deste, é apresentada uma série de tabelas que sintetizam alguns indicadores de cada município. Essas tabelas também estão disponíveis em comparativos anteriores, a partir da edição de 2001 dos Estudos Socioeconômicos, e podem ser consultadas no portal, na aba Documentos e Publicações.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO
Dezembro de 2011

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
I - INDICADORES ECONÔMICOS	5
Contextualização da economia em 2010	5
PIB mundial	6
PIB nacional e seus componentes	7
Inflação	8
Comércio exterior	8
Situação da economia do Estado do Rio de Janeiro	9
PIB regional e dos municípios de 2004 a 2009	14
II - INDICADORES FINANCEIROS	20
1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2010:	24
2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2010:	24
3. Indicador de autonomia financeira em 2010:	25
4. Indicador do esforço tributário próprio em 2010:	26
5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2010:	28
6. Indicador da carga tributária <i>per capita</i> em 2010:	30
7. Indicador do custeio <i>per capita</i> em 2010:	31
8. Indicador dos investimentos <i>per capita</i> em 2010:	31
9. Indicador do grau de investimento em 2010:	32
10. Indicador da liquidez corrente em 2010:	33
Tabela 1 - Receitas totais e <i>per capita</i> de 2010, com indicadores	34
Tabela 2 - Despesas totais e <i>per capita</i> de 2010	36
Tabela 3 - Carga tributária <i>per capita</i> em 2010 – total e rubricas	38
Tabela 4 - Custeio <i>per capita</i> e comprometimento em 2010	40
Tabela 5 - Investimento <i>per capita</i> e grau de investimento em 2010	42
Tabela 6 – <i>Royalties</i> e dependência de transferências em 2010	44

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

I - INDICADORES ECONÔMICOS

Contextualização da economia em 2010

Não se pode citar o ano de 2010 sem dar destaque à recuperação ocorrida após a crise dos anos imediatamente anteriores. Depois de anos de expansão a uma taxa média de 5%, a economia mundial diminuiu o ritmo a partir de meados de 2007. A origem desse freio foi uma intensa retração no setor imobiliário americano, deflagrada por uma onda de inadimplência no segmento de hipotecas de alto risco denominadas *subprime*. Instrumentos de difícil controle pelas autoridades regulatórias, como a securitização de empréstimos, permitiram o alastramento desta onda inicial de inadimplência, que provocou uma reação de contração do mercado de crédito, reduzindo em parte o consumo das famílias, principal parcela do PIB dos Estados Unidos. A economia norte-americana diminuiu o ritmo de crescimento de 2007 para 2008, passando a encolher durante o exercício de 2009, quando seu PIB real teve redução equivalente a -2,5%, o mesmo ocorrendo com as economias da região do euro, que apresentaram variação da ordem de -3,9% do PIB.

Nesse cenário, as evidências de que a obstrução nos canais de crédito se traduziria em ciclo recessivo agudo suscitou a atuação coordenada dos bancos centrais e governos com vistas a estabilizar seus sistemas financeiros e mitigar os efeitos da intensificação da crise sobre o nível de atividade. O maior dinamismo registrado na economia mundial no decorrer do segundo semestre de 2009 revelou que tal coordenação de políticas econômicas passava, efetivamente, a favorecer uma retomada.

A economia mundial persistiu, em 2010, nessa trajetória de recuperação e os principais países desenvolvidos voltaram a registrar crescimento, ressaltando-se o caráter assimétrico desse movimento no âmbito dessas economias e, principalmente, quando incorporado o desempenho das economias emergentes.

De acordo com o Banco Central, os mercados financeiros, embora registrassem menor volatilidade do que no ano anterior, refletiram, em meados de 2010, o aumento das preocupações relacionadas às dívidas soberanas de determinados países europeus e as perspectivas desfavoráveis com relação à sustentação da retomada econômica dos EUA e ao desempenho da China. Num contexto assim, a deterioração da oferta de diversos produtos agrícolas e a forte demanda de alguns países emergentes criaram condições para a valorização expressiva observada nas cotações das *commodities* agrícolas no segundo semestre do ano, exercendo desdobramentos generalizados sobre as taxas de inflação e sobre os processos de normalização da política monetária, tanto em economias desenvolvidas quanto nas emergentes.

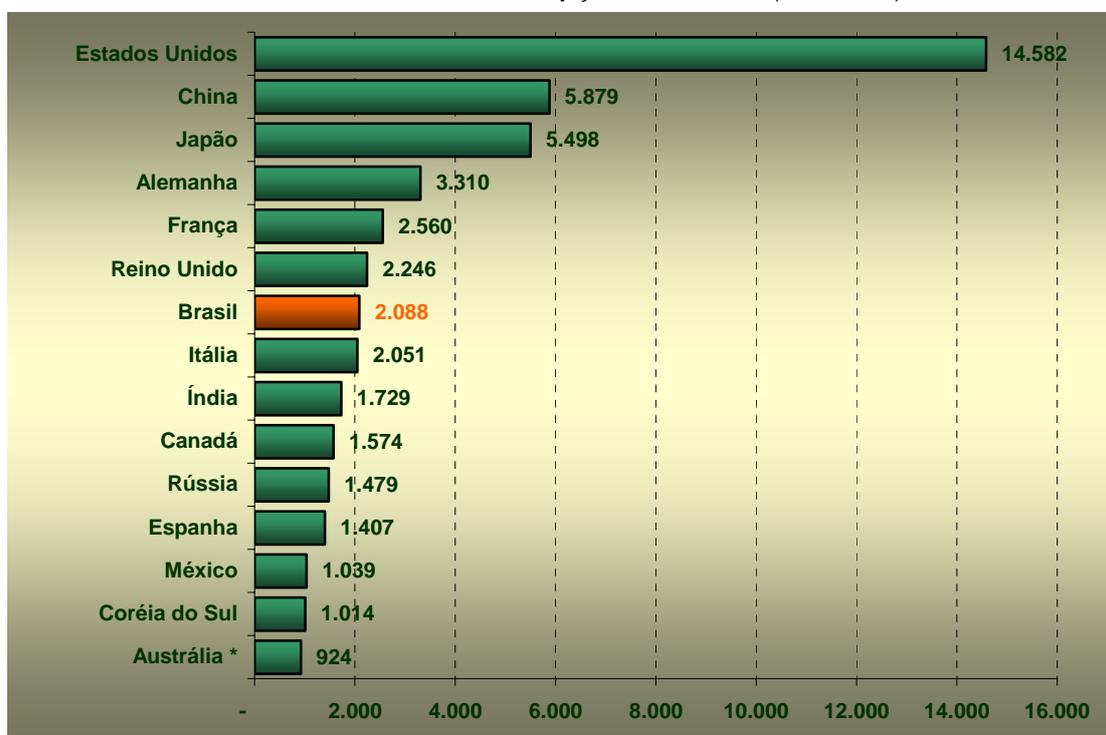
A partir de agosto desse ano, o retorno gradual do otimismo quanto à evolução da atividade econômica nos EUA e na China, e a elevada liquidez na economia mundial favoreceram a trajetória dos índices das principais bolsas de valores. Em 2010, a economia brasileira, impulsionada pelo cenário internacional mais favorável e pela solidez da demanda interna, registrou o crescimento anual do PIB mais acentuado desde 1986: 7,49%.

PIB mundial

Estimado em 63,0 trilhões de dólares, o PIB mundial cresceu 4,2% em 2010, após a retração de 1,7% do ano anterior. Os Estados Unidos seguem como a maior economia do planeta, com produto da ordem de US\$ 14,6 trilhões¹. A China saltou à frente do Japão em 2010, tornando-se a segunda potência planetária, seguida por Alemanha, França e Reino Unido.

O Brasil desponta como a sétima economia, com US\$ 2,088 trilhões, ultrapassando a Itália. A Índia superou o Canadá, seguidos por Rússia, Espanha, México e Coreia do Sul. O gráfico a seguir apresenta o desempenho das 15 maiores economias.

Gráfico 1: Maiores economias - Projeção do PIB de 2010 (US\$ bilhões)



Abaixo do trilhão de dólares, destaca-se a última menção do gráfico acima, Austrália (*dado desse país desatualizado – ainda permanece o PIB de 2009 na base de dados da fonte consultada). Holanda, Turquia e Indonésia estão próximas dos 700-800 bilhões de dólares. Na faixa dos 400-500 bilhões de dólares, seguem Suíça, Polônia, Bélgica, Suécia e Noruega. Dos demais países latinoamericanos, o 24º é a Venezuela; o 27º, a Argentina; o 33º, a Colômbia, respectivamente com PIB de 388, 369 e 288 bilhões de dólares.

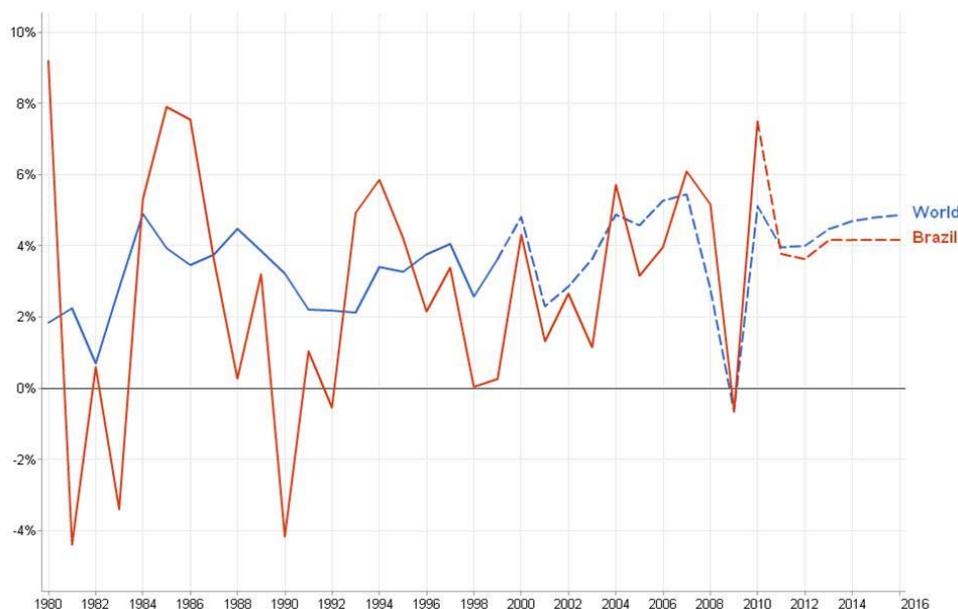
A taxa de crescimento anualizada do PIB dos EUA atingiu 2,9% e a da China, 10,3%. Por seu turno, Japão, Alemanha, França e Reino Unido tiveram crescimento anual do PIB de 5,1%, 3,6%, 1,5% e 1,3%, respectivamente.

1 - Fonte: <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf> e <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>. Acesso em 16.11.2011.

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

O gráfico a seguir ilustra a variação do PIB do país frente ao desempenho do mundo, segundo o Banco Mundial:

Gráfico 2: Taxa anual de crescimento do PIB 1980-2010 e Projeção do PIB até 2016 – Mundo e Brasil



PIB nacional e seus componentes

O PIB do Brasil alcançou R\$ 3,7 trilhões e, como já mencionado, cresceu 7,49% em 2010, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrando-se, sob a ótica da oferta, aumentos importantes no valor adicionado dos três setores da economia, atingindo 10,1% no segmento secundário, 6,5% no primário e 5,4% no de serviços.

De acordo com o IBGE, o setor agropecuário se beneficiou de um clima favorável e taxas de produtividade elevadas, com safras de cereais, oleaginosas e leguminosas recordes, de aproximadamente 150 milhões de toneladas. Na indústria, além do subsetor extrativa mineral ter crescido 15,7%, verificou-se aumento da construção civil de 11,6%, em parte devido à elevação das operações de crédito com recursos direcionados, com expansão de 31% em 2010. No setor de serviços, os subsetores comércio e intermediação financeira se beneficiaram do aumento da massa salarial e do aumento do crédito ao consumo.

Considerada a ótica da demanda, os investimentos, em linha com o desempenho da construção civil e da absorção de bens de capital, cresceram 21,8% em 2010, enquanto o consumo das famílias, refletindo o crescimento da massa salarial e das operações de crédito, aumentou 7,0%. O consumo da administração pública teve variação positiva de 3,3%. No setor externo, houve elevações anuais de 36,2% nas importações e de 11,5% nas exportações, diferencial associado ao ritmo distinto de crescimento da economia internacional e brasileira.

O PIB *per capita* cresceu 6,5%, passando a registrar o valor de R\$ 19 mil em 2010, estipulado em US\$ 10.710 pelo Banco Mundial, 60ª posição dentre as economias mapeadas por aquela instituição no biênio 2009-2010.

Inflação

A aceleração registrada nos índices de preços ao consumidor em 2010 esteve influenciada, em especial, pelo comportamento dos preços livres, com ênfase nos aumentos de alimentos e vestuário, e no âmbito dos serviços. A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal entre um e 40 salários mínimos e atingiu 5,91% em 2010, ante 4,31% no ano anterior e 5,90% em 2008.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também calculado pelo IBGE, chegou a 6,47% no ano, contra 4,11% em 2009. Essa variação, superior à assinalada pelo IPCA, evidencia a maior participação do grupo alimentação e bebidas no INPC, pois esse considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal de um a seis salários mínimos, para as quais o comprometimento da renda com gastos de alimentação é relativamente maior.

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, agrega o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com pesos respectivos de 60%, 30% e 10%, e registrou variação anual de 11,30%, contra variação negativa de -1,43% em 2009.

As variações anuais dos três componentes do IGP-DI registraram aumento em 2010. O IPA, evidenciando o comportamento dos preços no atacado, em resposta às elevações dos preços dos produtos industriais e dos agrícolas, variou 13,85% no ano, com os preços dos produtos industriais e dos agrícolas elevando-se 10,13% e 25,61%, respectivamente. O IPC aumentou 6,24% e o INCC, 7,77%.

Comércio exterior

A balança comercial apresentou saldo positivo equivalente a US\$ 20,3 bilhões em 2010. As exportações brasileiras (FOB) alcançaram US\$ 201,9 bilhões e as importações atingiram níveis correspondentes a US\$ 181,6 bilhões. Um dos fatores que contribuíram para a manutenção desse saldo positivo foi a elevação do preço das *commodities* negociadas nos mercados internacionais, apesar da valorização do real ao longo de 2010, de R\$ 1,87 em janeiro para R\$ 1,66 em dezembro.

Ao longo do exercício de 2008, os preços das *commodities* minerais decresceram de forma acentuada, reflexo da crise financeira instalada na economia norte-americana, decréscimo esse que prosseguiu ao longo do primeiro semestre de 2009, com reversão da tendência a partir do segundo semestre daquele ano, que se estendeu ao longo de 2010.

Ressalte-se, no entanto, que o saldo obtido foi insuficiente para equilibrar o balanço de pagamentos, em decorrência do comportamento da taxa de câmbio ao longo de 2010:



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

as transações correntes, que englobam as negociações no âmbito da balança comercial, das transações envolvendo serviços e rendas e das transferências unilaterais correntes, apresentaram saldo negativo equivalente a US\$ 47,5 bilhões. Esse saldo negativo foi compensado pelos investimentos estrangeiros diretos, realizados no país, que alcançaram o valor de US\$ 48,5 bilhões.

Em dezembro de 2010, o volume das reservas internacionais brasileiras à disposição do Banco Central do Brasil correspondeu a US\$ 288,6 bilhões, representando um acréscimo de 21,0% sobre o nível das reservas constituídas em dezembro de 2009, que correspondera a US\$ 238,5 bilhões. Esse saldo contribuiu para sinalizar a capacidade de assunção dos compromissos externos do país, bem como para a formação de expectativas positivas e elevação do nível de confiança dos agentes econômicos internacionais.

Situação da economia do Estado do Rio de Janeiro

Os principais indicadores consolidados de 2010 mostram que as expectativas anteriores de reativação da atividade produtiva do Rio de Janeiro parecem se confirmar.

De acordo com a Fundação CEPERJ, comparando-se as produções anuais de 2009 e 2010, constatou-se que a indústria geral expandiu-se em 8,4%, sendo que a extrativa reduziu sua produção em 3,3% e a de transformação cresceu 11,8%. Vale registrar que das doze atividades acompanhadas na indústria de transformação, onze tiveram crescimento, com destaque para as seguintes: veículos automotores (+45,7%); metalurgia básica (+22,6%); perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (+14,3%); têxtil (+13,4%); bebidas (+10,7%); outros produtos químicos (+8,6%); farmacêutica (+7,5%); refino de petróleo e álcool (+7,3%); e borracha e plástico (+6,8%). A única atividade com queda na produção foi alimentos (-2,1%).

Segundo o acompanhamento do IBGE, os itens que mais pesaram neste crescimento foram: caminhões (veículos automotores); vergalhões, barras e bobinas a frio de aços ao carbono (metalurgia básica); óleo diesel e gasolina automotiva (refino de petróleo e álcool); cervejas e chope (bebidas); e oxigênio e aditivos para óleos lubrificantes (outros produtos químicos). Em relação à indústria da construção civil, medida indiretamente através do consumo de cimento, observou-se um crescimento acumulado de janeiro a dezembro de 2010 de 7,0%, frente a igual período de 2009.

Indicadores da FIRJAN mostram que ocorreram crescimentos de 11,4% nas vendas reais, de 10,0% nas horas trabalhadas e de 3,6% na utilização da capacidade instalada, considerando-se os desempenhos anuais de 2010 em relação a 2009.

No comércio, por sua vez, o crescimento acumulado no ano foi de 10,4%. Contribuíram para estes resultados o aumento de crédito ao consumidor, os ganhos de renda dos trabalhadores e os preços dos importados mais baratos. Quase todas as atividades apresentaram taxas de variação positiva, conforme os registros a seguir: móveis e eletrodomésticos (+23,9%); livros e jornais (+23,3%); tecido e vestuário (+16,7%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (+11,0%); hipermercados e supermercados (+6,0%); artigos farmacêuticos (+9,6%); combustíveis (+4,3%), exceto equipamentos de informática e comunicação, com variação negativa (-11,3%). As

atividades de veículos e motos e de material de construção, que estão contempladas nas estatísticas do comércio varejista ampliado, registraram as taxas de variação de +21,0% e +37,0%, respectivamente.

Dados referentes ao ano de 2009 foram disponibilizados ao final de 2010 e ainda refletem aquele ano crítico da economia mundial, durante o qual a economia brasileira sofreu consequências menores. De acordo com a CEPERJ, o PIB do Estado do Rio de Janeiro atingiu R\$ 353,8 bilhões em 2009, com crescimento de 1,96%, em volume, em relação a 2008. A tabela que se segue apresenta a evolução do PIB estadual em relação ao Brasil.

Tabela 1: PIB, PIB per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro/PIB Brasil – 1995-2009

Ano	Rio de Janeiro				Brasil		Relação PIB RJ/ PIB Brasil (%)
	Produto Interno Bruto			População residente (habitantes)	PIB per capita (R\$)	Produto Interno Bruto (R\$1.000.000)	
	Em R\$1.000.000	Índice 1995=100	Variação anual (%)				
1995	78.944,95	100,00	-	13.642.758	5.786,58	705.640,89	11,19
1996	94.684,07	100,99	0,99	13.795.558	6.863,37	843.965,63	11,22
1997	104.424,11	101,95	0,95	13.947.862	7.486,75	939.146,62	11,12
1998	114.177,72	102,75	0,78	14.107.866	8.093,20	979.275,75	11,66
1999	127.218,91	103,20	0,44	14.319.537	8.884,29	1.064.999,71	11,95
2000	139.754,79	105,86	2,57	14.493.715	9.642,44	1.179.482,00	11,85
2001	152.098,91	106,78	0,87	14.668.977	10.368,75	1.302.135,03	11,68
2002	171.371,99	110,87	3,82	14.846.102	11.543,23	1.477.821,77	11,60
2003	188.014,96	109,64	(1,11)	15.024.965	12.513,50	1.699.947,69	11,06
2004	222.945,04	113,17	3,22	15.203.750	14.663,82	1.941.498,36	11,48
2005	247.017,53	116,51	2,95	15.383.407	16.057,40	2.147.239,29	11,50
2006	275.327,13	121,15	3,99	15.561.720	17.692,59	2.369.483,55	11,62
2007	296.767,78	125,53	3,62	15.420.450	19.245,08	2.661.344,53	11,15
2008	343.182,07	130,74	4,15	15.872.362	21.621,36	3.031.864,49	11,32
2009	353.878,14	133,48	1,96	16.010.429	22.102,98	3.239.404,05	10,92
2010	(1)						

Fonte: CEPERJ/ IBGE. Nota 1: Não é mais divulgada pela CEPERJ a estimativa preliminar do PIB do ano anterior.

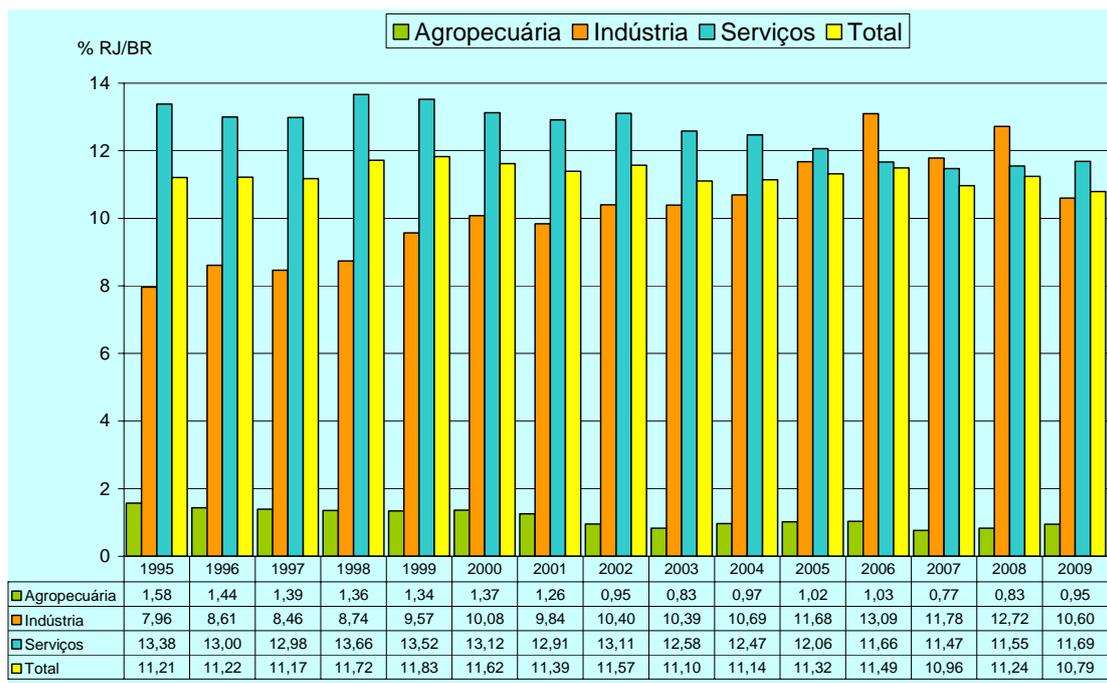
O gráfico a seguir apresenta a evolução do total da participação do PIB fluminense no país, bem como dos três setores de atividades econômicas. Nos quinze anos retratados, a agropecuária recuou 39,8% em sua participação nacional e os serviços perderam 12,6% de participação no total produzido nacionalmente. A indústria foi o que contrabalançou o Estado do Rio de Janeiro, com crescimento de 33,1% de sua participação. O balanço final foi de variação total de -3,7% entre 1995 e 2008.

Dentre os componentes do setor industrial, enquanto extração de petróleo e de outros minerais aumentou sua participação nacional em excepcionais 187,5% no período, a indústria de transformação cresceu 11,2%. Da mesma forma, os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água/esgoto, limpeza urbana e gás) – SIUP aumentaram em 12,0% sua participação nacional. Mas a construção civil registrou queda de 20,2%.

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Todos os componentes do setor de serviços fluminense tiveram redução em sua participação no Brasil, com destaque para intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (-18,5%); comércio (-21,7%); administração, saúde e educação públicas e seguridade social (-14,8%).

Gráfico 3: Participação do Rio de Janeiro no valor adicionado bruto do Brasil, segundo as atividades econômicas - 1995-2009



O desempenho da economia fluminense de 2009 manteve o estado com o segundo maior PIB brasileiro (10,79%), atrás apenas de São Paulo (33,5%) e à frente de Minas Gerais (8,9%).

Dos maiores estados brasileiros, o Rio de Janeiro é aquele em que a agropecuária tem a menor importância em sua economia, participando com 0,5% do valor adicionado total do estado em 2009. Esse setor, de acordo com a Fundação CEPERJ, apresentou taxa de variação positiva de 2,7%, em função dos resultados do setor agrícola, com crescimento de 7,8% em seu valor adicionado. Atividade pecuária e pesca teve queda (-1,9%), principalmente pelo mau desempenho, em termos reais, do setor pecuário.

No setor industrial, a economia fluminense encerrou 2009 com expansão de 1,0% sobre igual período do ano anterior. A indústria extrativa, embora tenha apresentado resultado positivo em volume produzido, com aumento de 8,3%, perdeu em participação, que passou de 15,4% para 8,3% do valor adicionado em consequência da queda de 48,1% do preço do petróleo em 2009.

A indústria de transformação, que representa 10,1% do PIB estadual, teve queda de volume de 7,7% em relação a 2008, fruto do desempenho negativo de sete dos doze ramos industriais investigados, com destaque para as atividades têxteis (-17,7%), automóveis (-12,5%), caminhões e ônibus (-15,7%), produtos químicos (-14,8%),

metalurgia básica (-8,5%), cimento (-7,8%), e refino de petróleo e álcool (-2,5%). Os que apresentaram crescimento foram: bebidas (+9,0%), farmacêuticos (+5,7%) e perfumaria (+5,5%).

Os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água e gás), com participação de 2,7%, e a construção, 5,2%, que também integram o setor industrial, registraram crescimento de 0,2% no caso dos SIUP e queda de 4,4% na construção.

O setor de serviços, responsável por 73,2% do valor adicionado bruto, apresentou crescimento de 2,6% na comparação com o ano anterior. Os maiores destaques foram para intermediação financeira e seguros (+11,5%), serviços prestados às empresas (+5,4%), administração pública (+4,7%), atividades imobiliárias (+3,6%), alojamento e alimentação (+3,3%) e saúde e educação mercantis (+1,9%). As outras atividades tiveram os seguintes desempenhos: serviços de informação (-8,7%); serviços prestados às famílias (-2,3%); comércio e serviços de manutenção (-2,0%); seguido por transporte, armazenagem, e correio (-0,3%). O bom desempenho de intermediação financeira e seguros refletiu o aumento em termos nominais do total das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres e direcionados.

Dados do IBGE apontam a administração pública como a atividade que mais contribuiu para o PIB estadual, seguida por comércio e serviços de manutenção e reparação, segunda colocada. A indústria de transformação ficou na terceira posição.

A tabela a seguir apresenta o desempenho dos subsetores de atividade em 2009:

Tabela 2: Participação da atividade no valor adicionado bruto a preço básico - RJ - 2009

Atividades	Participação (%)
AGROPECUÁRIA	
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	0,26
Pecuária e pesca	0,24
INDÚSTRIA	
Indústria extrativa	8,32
Indústria de transformação	10,12
Construção civil	5,20
SIUP - Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,71
SERVIÇOS	
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,19
Serviços de alojamento e alimentação	2,68
Transportes, armazenagem e correio	5,26
Serviços de informação	5,18
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	6,36
Serviços prestados às famílias e associativas	2,92
Serviços prestados às empresas	6,92
Atividades imobiliárias e aluguéis	9,62
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	18,80
Saúde e educação mercantis	3,59
Serviços domésticos	1,65

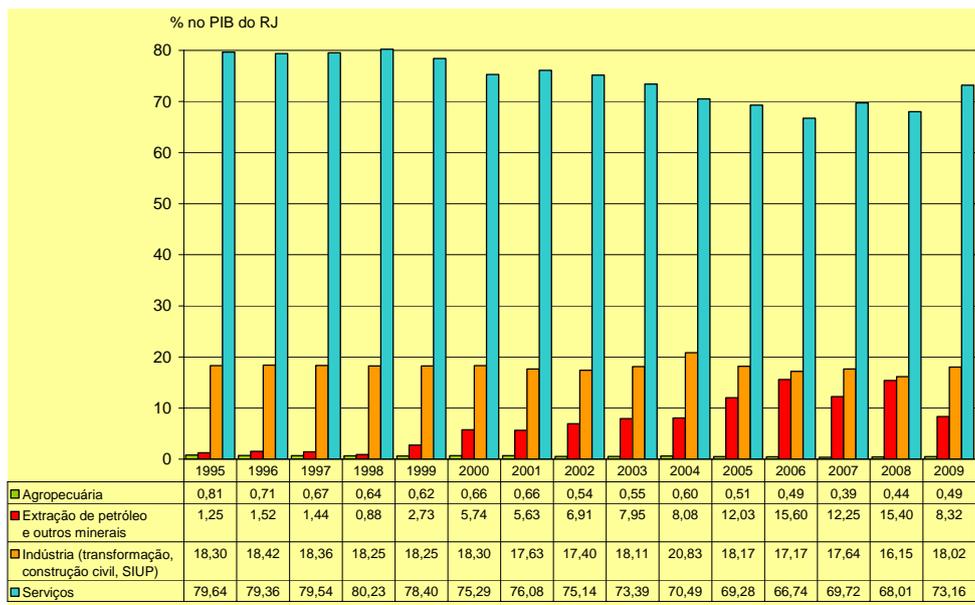
Fonte: CEPERJ/IBGE - Contas Regionais do Brasil. Nota: Total alcança 100,02 por conta dos arredondamentos.



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

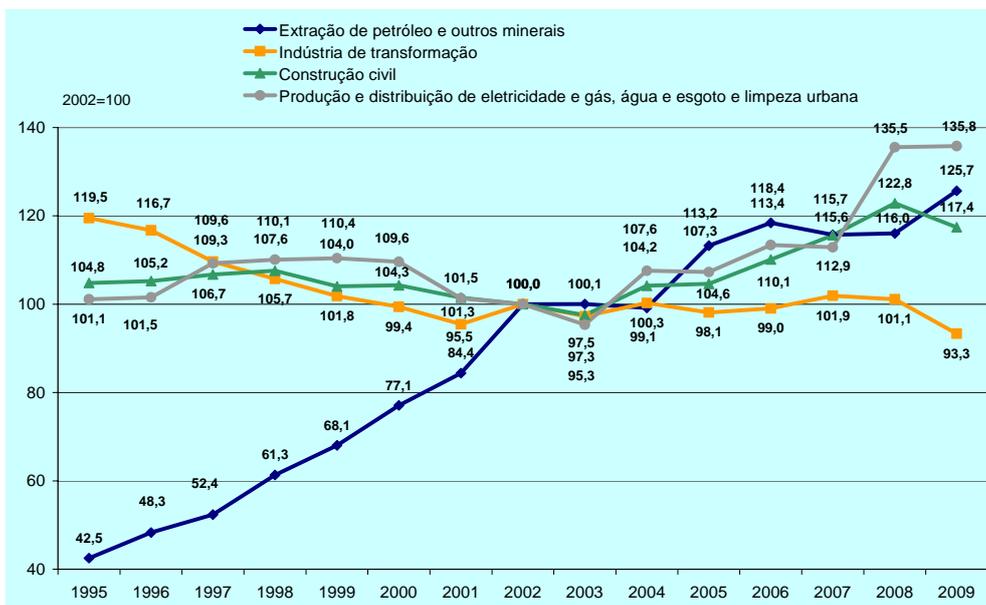
Com exceção dos anos de 2007 e 2009, na última década, o setor de serviços perdeu espaço em sua participação no PIB estadual para a indústria extrativa, em vermelho no gráfico que segue:

Gráfico 4: Evolução da contribuição no valor adicionado bruto ao PIB estadual, segundo atividades econômicas selecionadas – 2003-2008



O gráfico a seguir ilustra a pujança da indústria extrativa, em azul escuro, o recuo e posterior recuperação dos SIUP e da construção civil e a performance negativa da indústria de transformação, em laranja. Ao tomar o ano de 2002 como índice 100, os avanços e recuos são facilmente identificáveis:

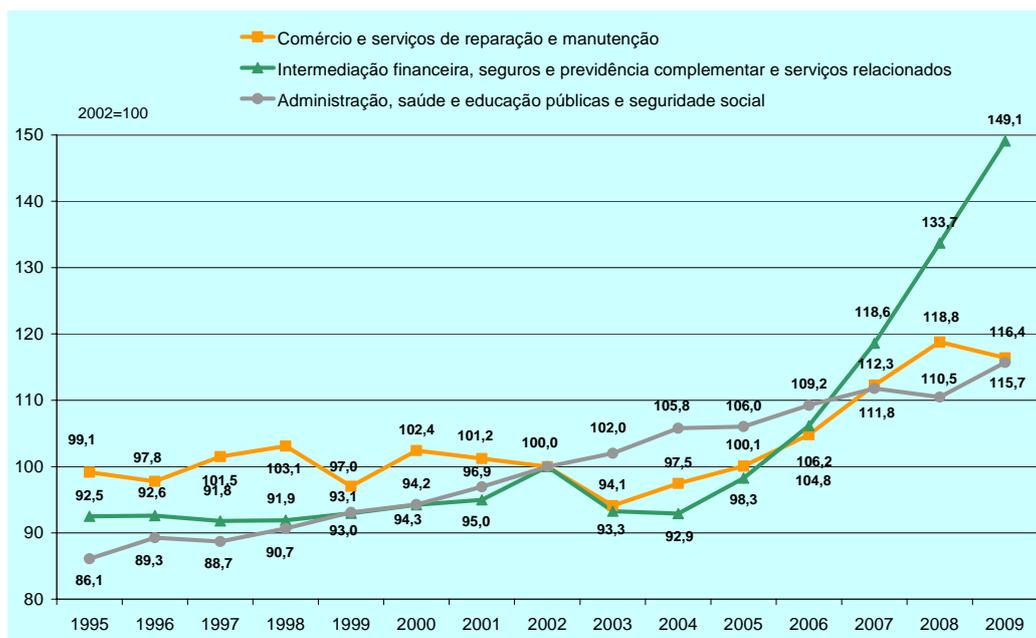
Gráfico 5: Evolução do índice acumulado do volume do valor adicionado a preço básico, segundo atividades da indústria – 1995-2009



No setor de serviços, a administração pública apresentou crescimento consistente e superior à variação populacional, tendo ocorrido forte recuperação da intermediação financeira nos anos recentes. Comércio, entretanto, passou anos em situação pior que a registrada em 1995, somente reagindo positivamente a partir de 2006 e registrando recuo em 2009.

O crescimento de 3,9%, na comparação de 2008 com 2007, teve destaques em intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados, e serviços de alojamento e alimentação, seguidos por serviços de informação e serviços prestados às famílias. Seguem serviços prestados às empresas e comércio e serviços de reparação e manutenção. Os subsetores administração, saúde e educação públicas e seguridade social tiveram variação negativa de um ano para o outro. O gráfico a seguir aponta a boa recuperação do setor nos últimos anos:

Gráfico 6: Evolução do índice acumulado do volume do valor adicionado a preço básico, segundo atividades de serviços – 1995-2009



PIB regional e dos municípios de 2004 a 2009

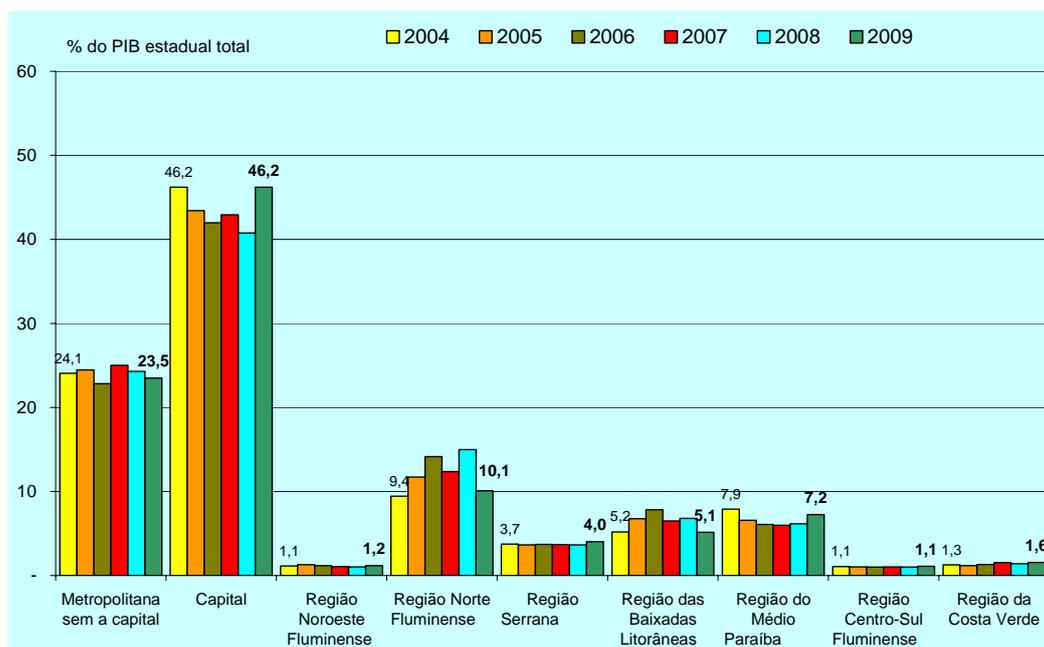
No contexto regional ou municipal, a nova metodologia para apuração do PIB, adotada pela Fundação CEPERJ há quatro anos, segue aquela do IBGE e apresenta apenas os três setores de atividade econômica, abrindo detalhamento somente ao subsetor de administração pública. A mudança metodológica também excluiu a antiga separação da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, passando a integrar as produções industriais de municípios.

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

O rateio da produção de petróleo e gás natural, no caso de dois ou mais municípios serem confrontantes com o mesmo campo no mar, será proporcional à área de campo contida entre as linhas de projeção dos limites territoriais do município, até a linha de limite da plataforma continental. Mas esse dado não é divulgado e, por conseguinte, a evolução do desempenho da indústria fica mascarada pela impossibilidade de separação da atividade extração de petróleo e gás dos demais subsetores industriais.

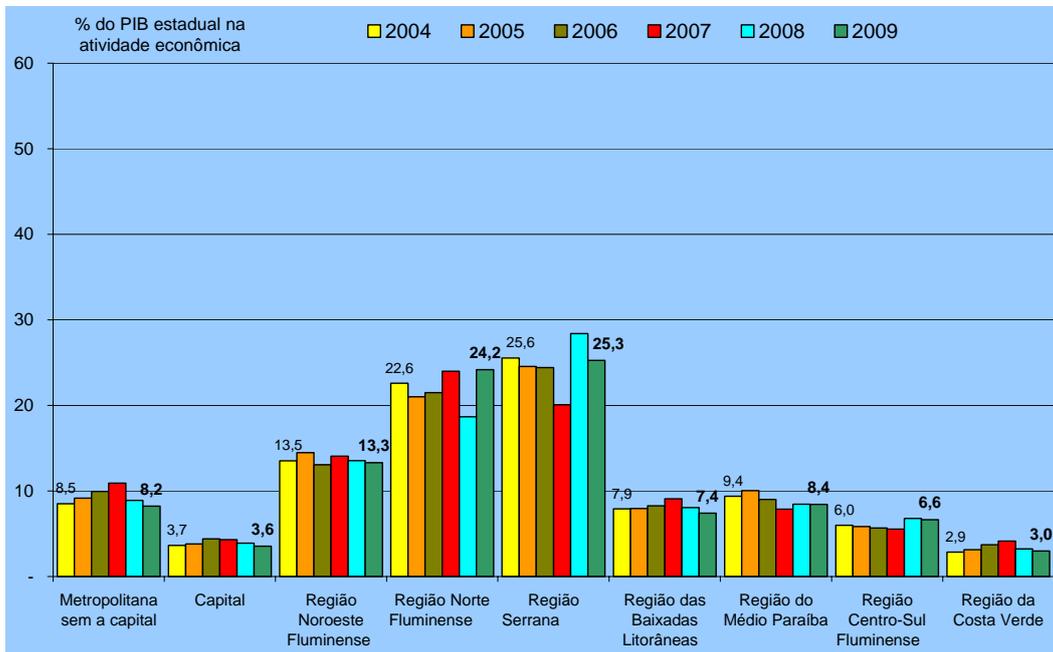
Em virtude dessas restrições, o presente tópico analisará a evolução dessas quatro variáveis: agropecuária, indústria, serviços e administração pública nos níveis estadual e regional, apresentando, ao final, os comportamentos dos municípios frente à sua região e ao conjunto do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com a Fundação CEPERJ, seis municípios destacaram-se na liderança das participações no PIB do estado e concentraram 68,2% da economia fluminense em 2009: Rio de Janeiro (49,7%); Duque de Caxias (7,3%); Campos dos Goytacazes (5,5%); Niterói (3,1%); e São Gonçalo e Nova Iguaçu (2,7% cada). Outros quatro se seguem em relevância econômica: Volta Redonda, Macaé, Petrópolis e Resende. O gráfico seguinte traz a evolução da participação de cada região ao valor adicionado bruto do estado.

Gráfico 7: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual – 2004-2009



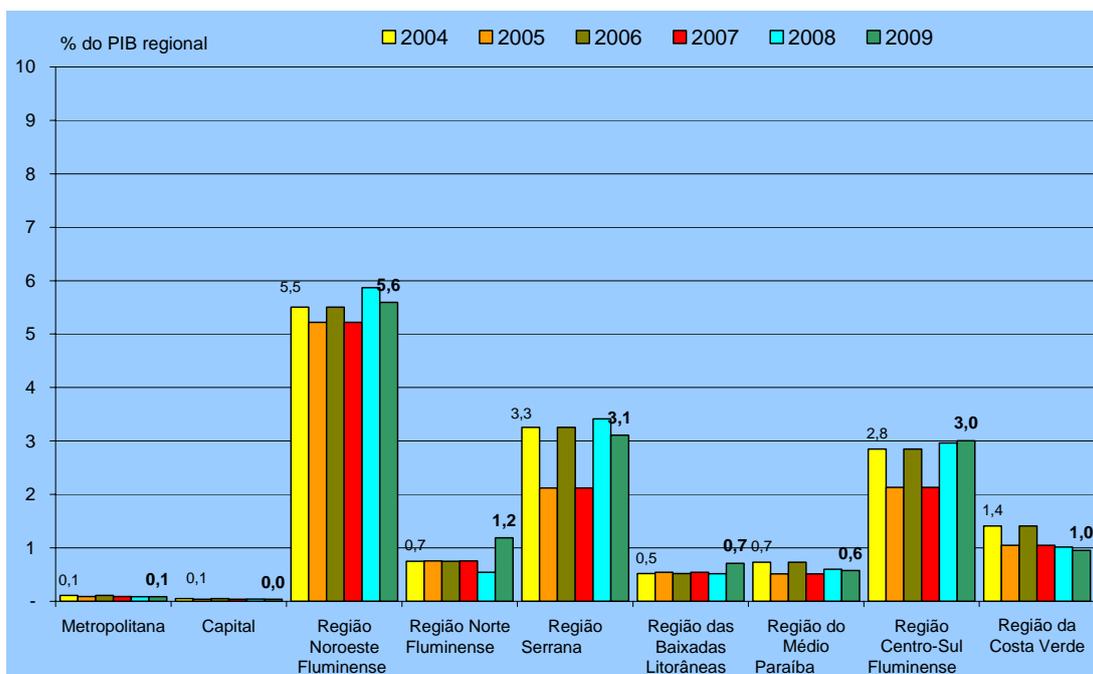
Foram cinco os municípios com maiores participações no ranking da Agropecuária em 2009: Campos dos Goytacazes (10,3%); Teresópolis (7,9%); São Francisco de Itabapoana (4,8%); Sumidouro (4,2%); e Rio de Janeiro (3,6%). As regiões Norte Fluminense e Serrana seguem sendo o celeiro estadual. Ganharam espaço, no setor primário, as regiões das Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense e da Costa Verde. A evolução no período está no gráfico:

Gráfico 8: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na agropecuária – 2004-2009



Ainda no setor agropecuário, o peso que a atividade teve na produção de cada região segue pouco representativo. No próximo gráfico, observa-se que o setor ganhou peso no PIB nas regiões Noroeste, Norte, das Baixadas Litorâneas e Centro-Sul.

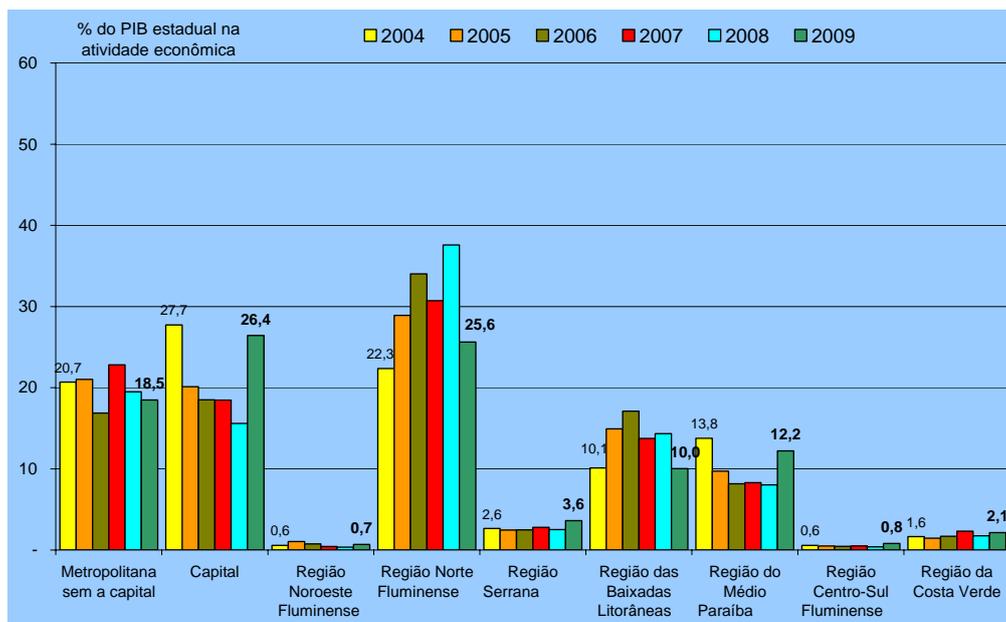
Gráfico 9: Evolução da contribuição da agropecuária na economia regional – 2004-2009



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

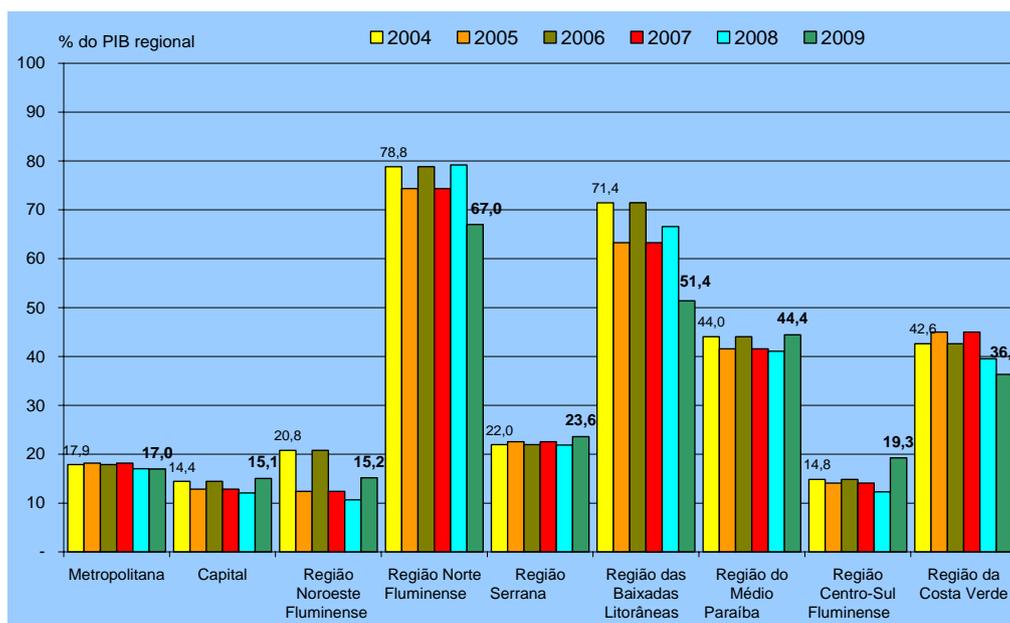
Ganhou espaço, no PIB estadual do setor industrial, a petroleira Região Norte Fluminense, seguida de longe pelas regiões Noroeste, Serrana, Centro-Sul e Costa Verde. Tradicionais polos industriais, a capital e o Médio Paraíba avançaram significativamente em 2009. O gráfico ilustra a evolução no período:

Gráfico 10: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na indústria – 2004-2009



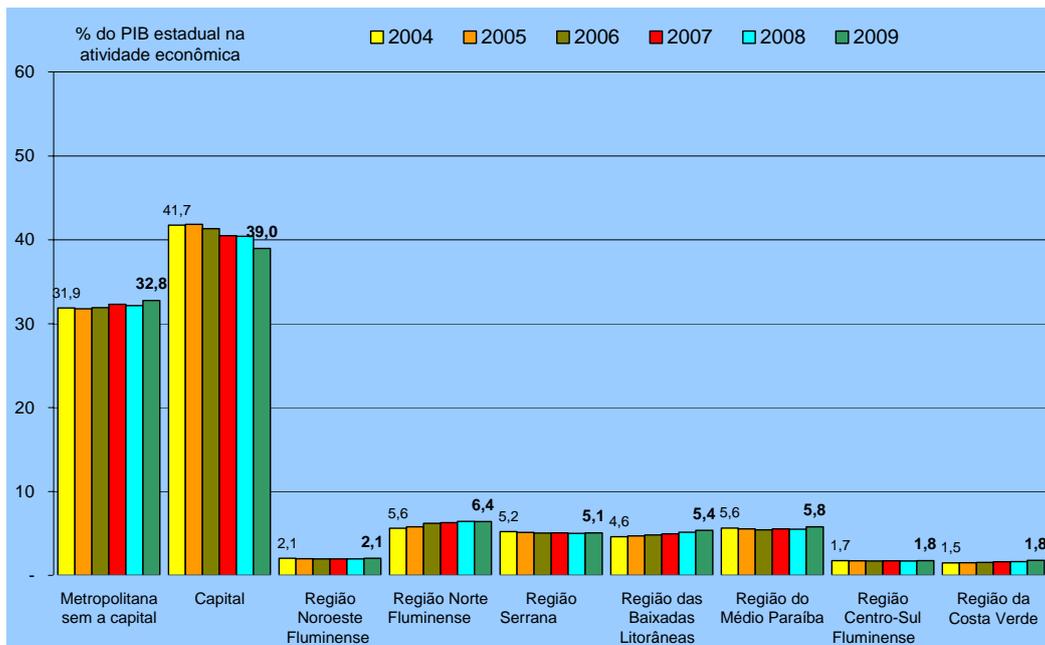
O setor industrial prevalece nas regiões confrontantes à Baía de Campos, tendo perdido pujança pela crise de 2009, mas cresceu em relevância na economia das regiões Serrana, do Médio Paraíba e Centro-Sul.

Gráfico 11: Evolução da contribuição da indústria na economia regional – 2004-2009



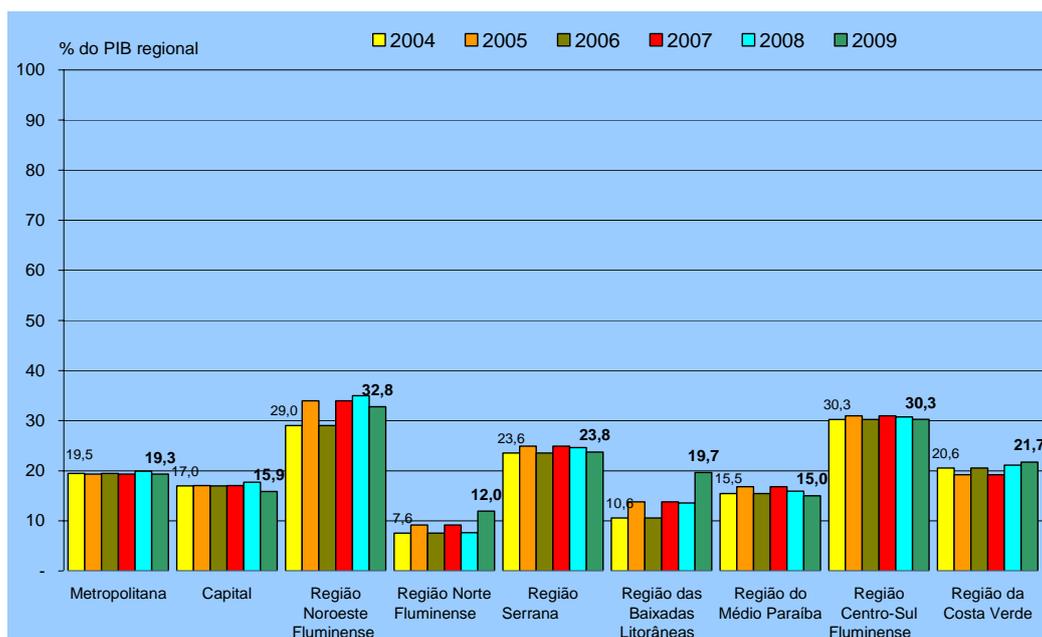
Na capital e na Região Metropolitana estão concentradas as maiores contribuições para o PIB estadual de serviços de administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Aqui pode ser observado o aumento da participação dessa atividade em todo o estado.

Gráfico 12: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual na administração pública – 2004-2009



A administração pública é bastante presente no PIB das regiões menos desenvolvidas do estado, sendo menos representativas no Norte e nas Baixadas Litorâneas em decorrência da pujança da indústria petrolífera.

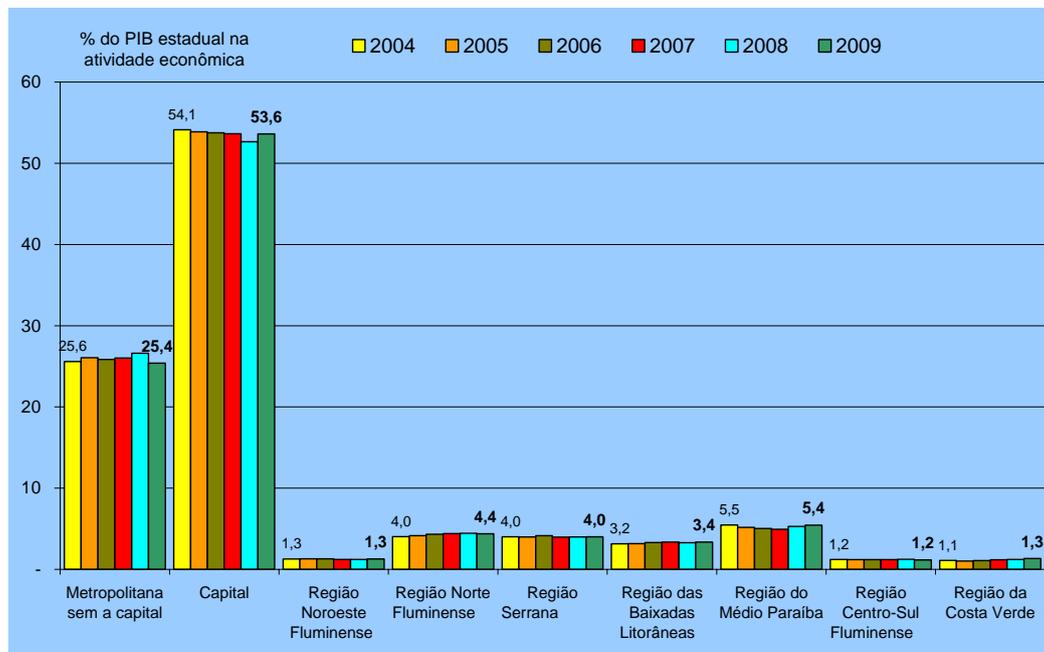
Gráfico 13: Evolução da contribuição da administração pública na economia regional – 2004-2009



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

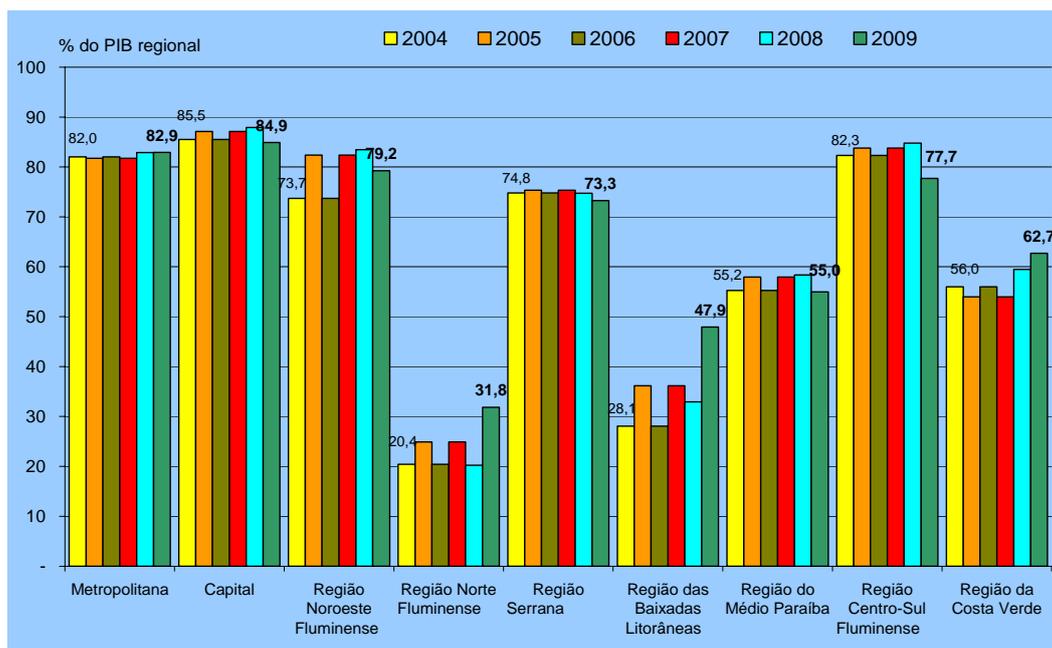
Serviços como um todo (incluindo a administração pública, já apresentada) estão fortemente concentrados na Região Metropolitana. Com exceção das regiões Metropolitana, Noroeste e Centro-Sul, houve crescimento nas demais:

Gráfico 14: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual em serviços – 2004-2009



O setor de serviços como um todo é preponderante nas economias regionais, com reduzida ênfase no PIB das regiões petrolíferas, inflacionadas pela indústria petrolífera que, todavia, ocorre na plataforma continental.

Gráfico 15: Evolução da contribuição de serviços na economia regional – 2004-2009



II - INDICADORES FINANCEIROS

O presente capítulo atém-se tão somente à análise do desempenho econômico financeiro dos 91 municípios jurisdicionados ², com base em números fornecidos pelos próprios nas prestações de contas de administração financeira encaminhadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2005 a 2010 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

Gráficos 16 e 17: Receitas e Despesas totais – 2005-2010



A receita realizada aumentou 119% entre 2005 e 2010, enquanto a despesa cresceu 122%.

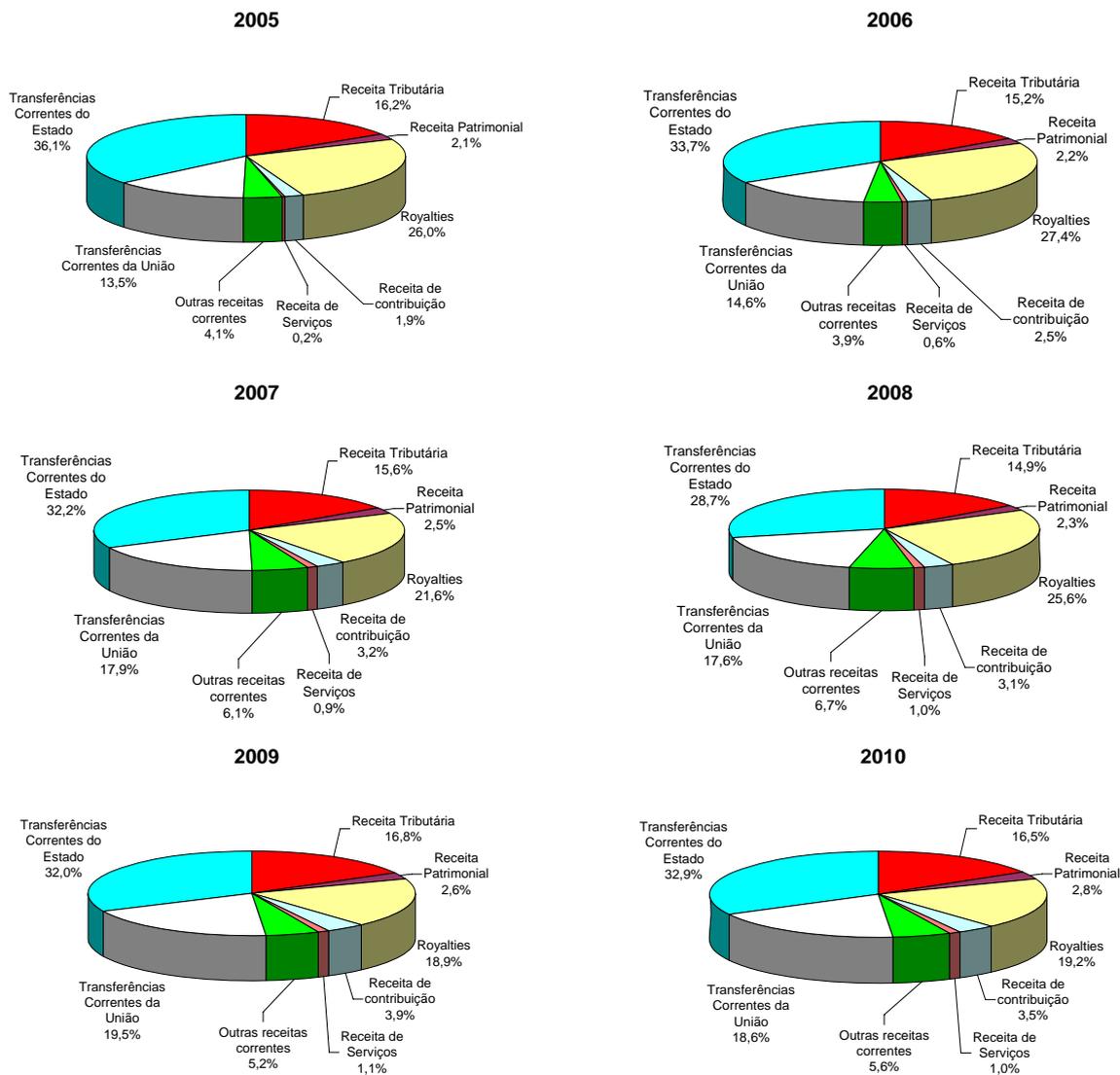
2 - Fontes: Prestações de Contas 2004 a 2009 – dados revisados em relação à edição anterior; Fundação CEPERJ: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 2004 a 2009.



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

Gráficos 18, 19, 20, 21, 22, e 23: Composição das receitas correntes – 2005-2010



Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 16,5% do total no ano de 2010.

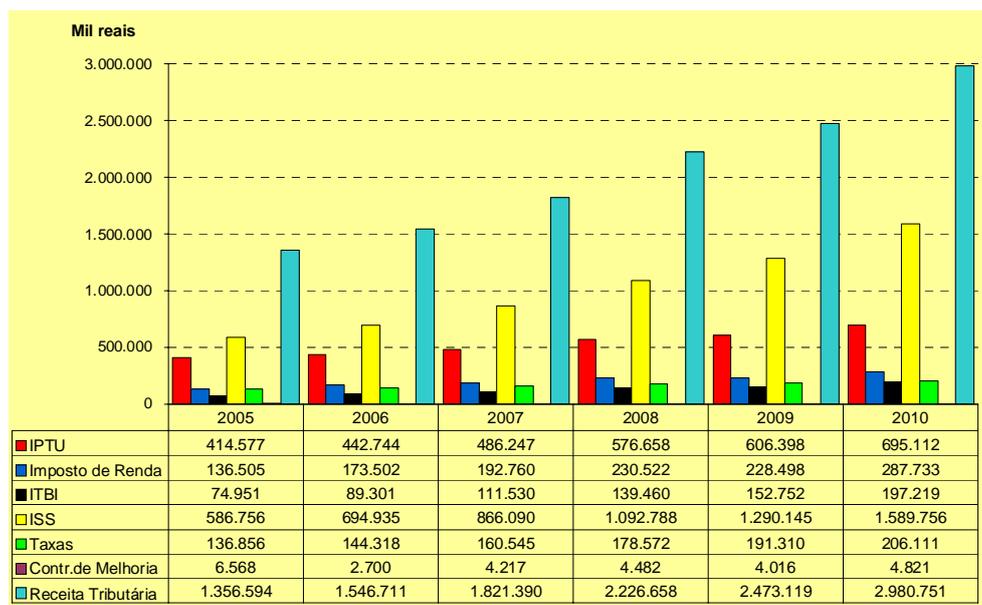
O montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 129% entre 2005 e 2010:

Gráfico 24: Transferências totais para o município – 2005-2010



A receita tributária, por sua vez, teve um crescimento de 120% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de 171% na arrecadação de ISS e de 111% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 68% na receita de IPTU, de 163% no ITBI e de 51% nas taxas.

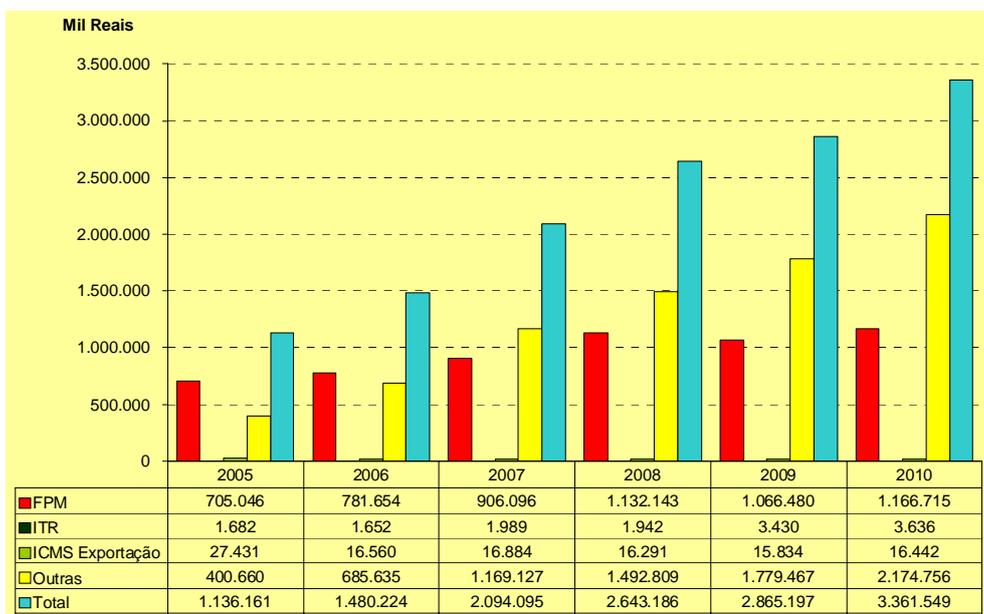
Gráfico 25: Receitas tributárias – 2005-2010



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

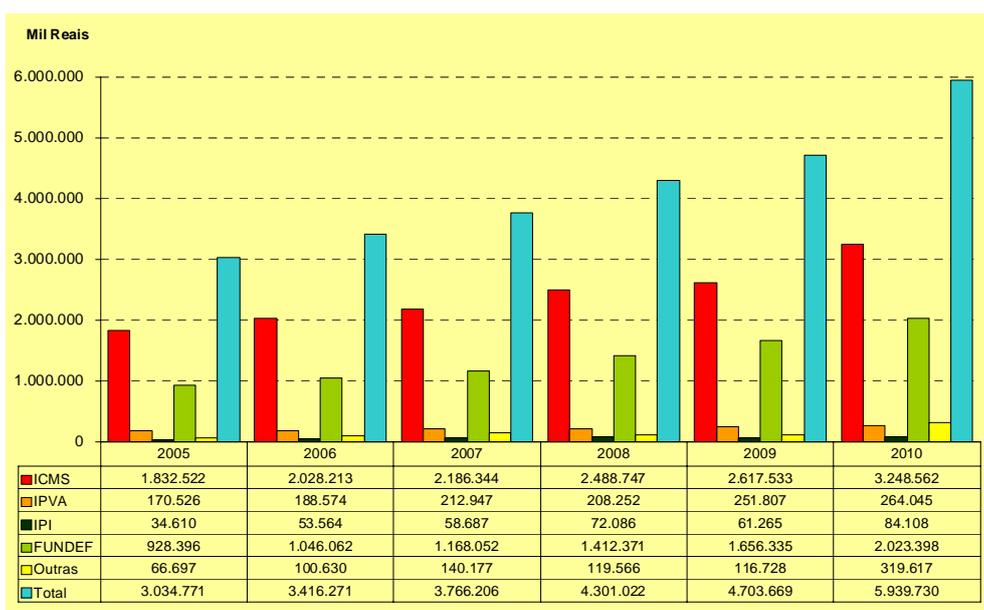
As transferências correntes da União cresceram 196% no período, com aumento de 65% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e maiores ingressos de Outras Transferências, notadamente do Sistema Único de Saúde.

Gráfico 26: Transferências correntes da União – 2005-2010



A evolução das transferências correntes do estado foi de 96% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 77% no repasse do ICMS e o crescimento de 118% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Gráfico 27: Transferências correntes do Estado – 2005-2010



Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas municipais:

1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2010:

$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ } 18.532.174.731}{\text{R\$ } 18.134.354.186} = 1,0219$$

Esse quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 102,19 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando superávit de execução, na média. Quarenta municípios, ao contrário, apresentaram déficit orçamentário em 2010.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando equilíbrio orçamentário em cinco dos seis anos em análise.

Gráfico 28: Indicador de equilíbrio orçamentário – 2005-2010



2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2010:

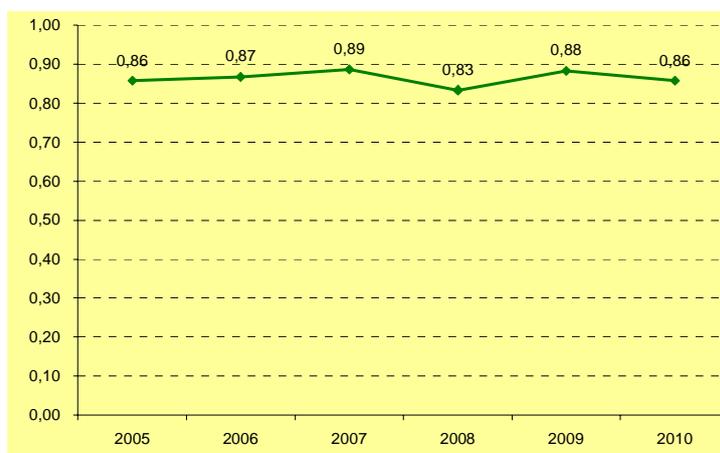
$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ } 15.499.825.233}{\text{R\$ } 18.073.588.478} = 0,86$$

Esse indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa, utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 86% são comprometidos com despesas de custeio. Um total de 57 municípios alcançou ou superou essa marca em 2010. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2005:

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Gráfico 29: Indicador do comprometimento da receita corrente com o custeio – 2005-2010



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 116% entre 2005 e 2010, enquanto as receitas correntes cresceram os mesmos 116% no período.

3. Indicador de autonomia financeira em 2010:

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$ } 2.980.750.704}{\text{R\$ } 15.499.825.233} = 0,192$$

Esse indicador mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o município apresentou uma autonomia de 19,2% no exercício de 2010. Itaguaí é o ente com maior autonomia (58,7%).

Gráfico 30: Indicador de autonomia financeira – 2005-2010



Um total de 50 municípios tem 10% ou menos de autonomia, inclusos 22 que não superam os 5% desse indicador.

Houve ligeiro aumento da autonomia municipal, uma vez que a receita tributária do conjunto cresceu 120% no período, contra 116% de aumento das despesas de custeio.

4. Indicador do esforço tributário próprio em 2010:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

$$\frac{\text{R\$ 2.980.750.704} + \text{823.674.173}}{\text{R\$ 18.532.174.731}} = 0,205$$

Esse indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 20,5% da receita total. Nesse caso, são 34 municípios que não superam os 10% de esforço tributário próprio e 16 têm menos de 5% em 2010.

Gráfico 31: Indicador do esforço tributário próprio – 2005-2010



Ocorreu redução de 26% nesse indicador nos últimos seis anos, por conta, também, dos menores volumes líquidos inscritos na dívida ativa em 2010.

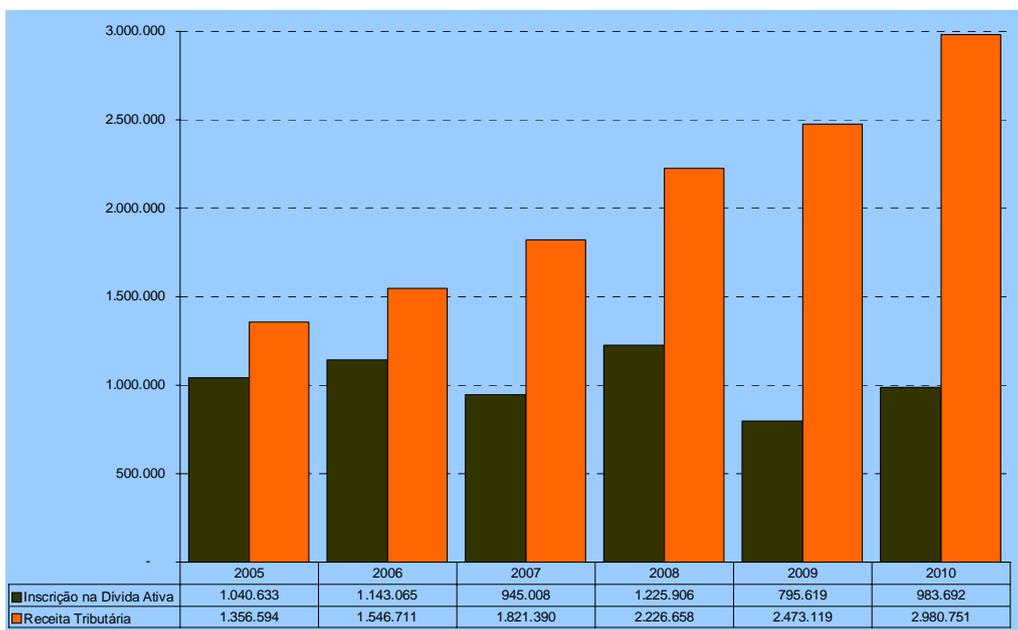
Não resta dúvida de que a maior parte da capacidade de investimento do município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, federal e estadual, em função das transferências de recursos.

Há de se ressaltar, também, nesta análise, os valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios (gráficos seguintes com valores em milhares de reais correntes). Nos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.



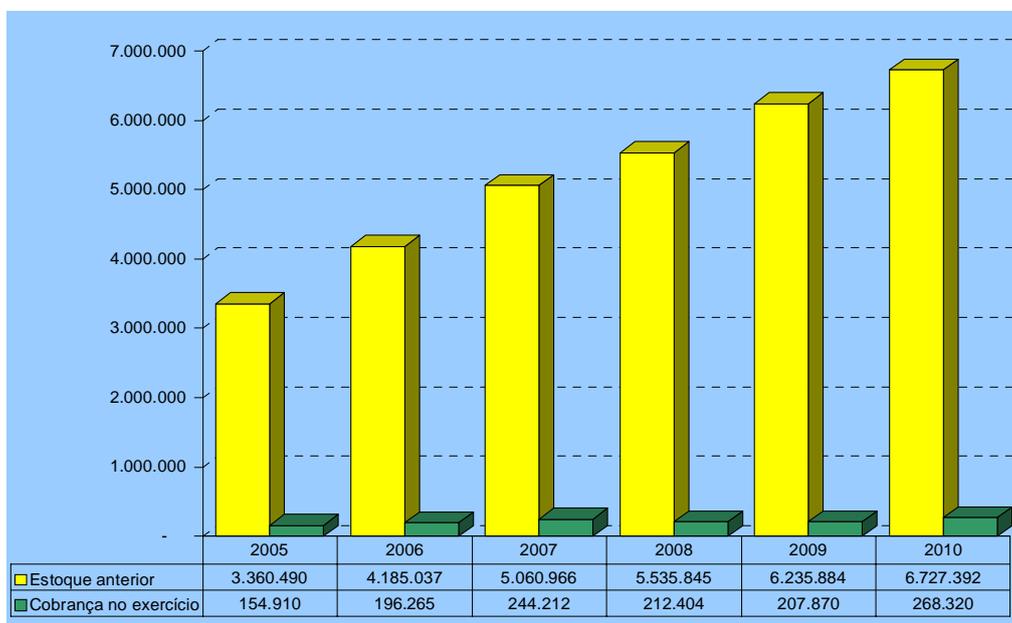
COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Gráfico 32: Comparativo da receita tributária própria e inscrição na dívida ativa – 2005-2010



O gráfico abaixo apresenta a *performance* da cobrança da dívida ativa sobre o estoque preexistente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

Gráfico 33: Eficácia da cobrança da dívida ativa – 2005-2010



Cabe, ainda, comparar os valores cancelados com o desempenho da cobrança, como demonstram os gráficos a seguir.

Gráfico 34: Evolução da cobrança versus cancelamento da dívida ativa – 2005-2010

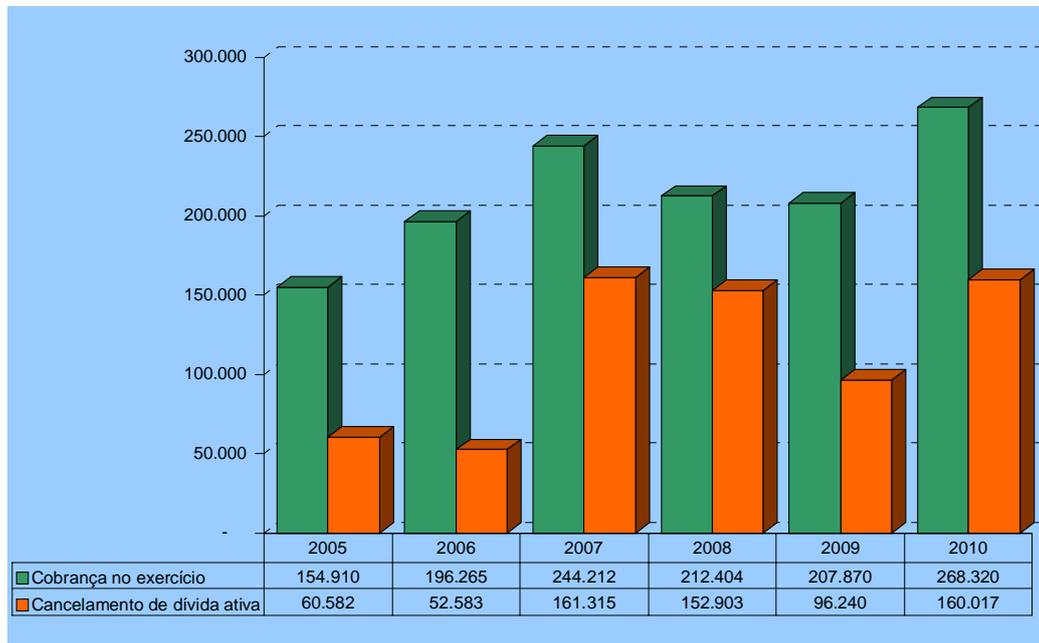
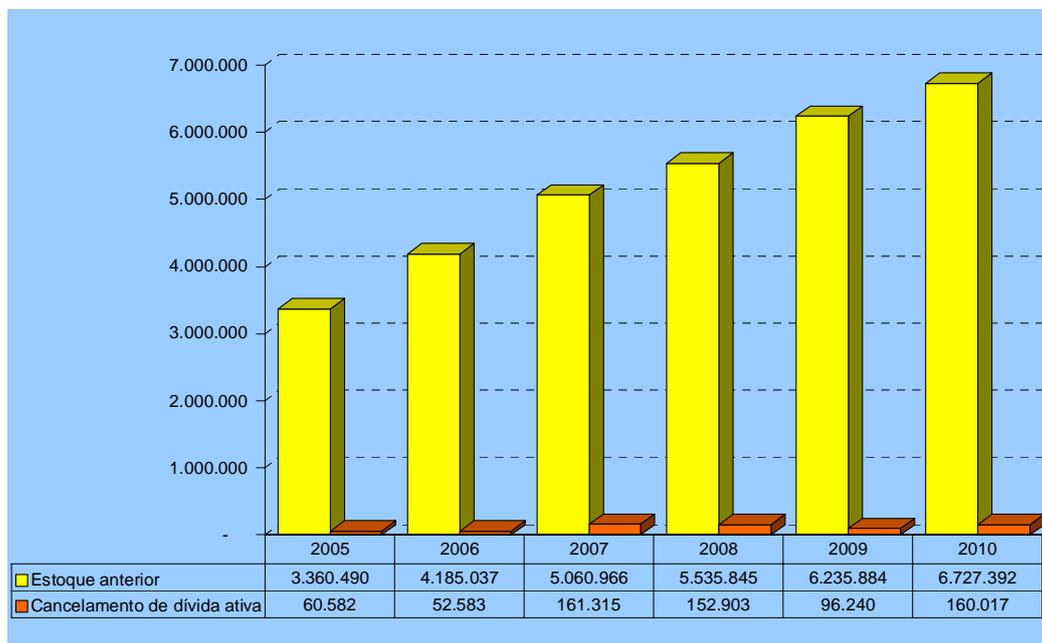


Gráfico 35: Evolução do estoque versus cancelamento da dívida ativa – 2005-2010



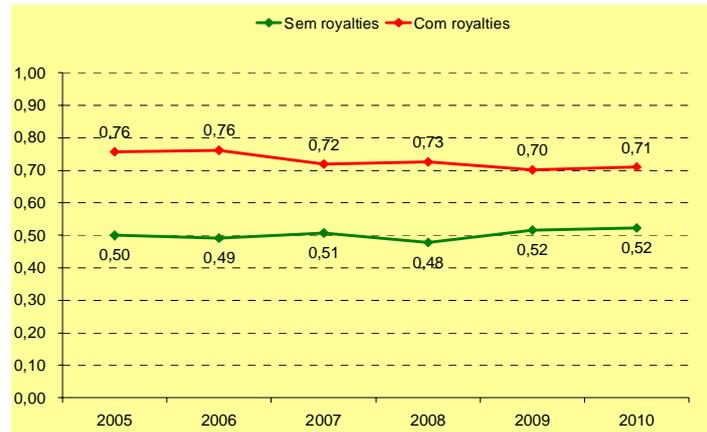
5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2010:

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$ } 9.677.276.364}{\text{R\$ } 18.532.174.731} = 0,52$$

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

A receita de transferências representa 52% do total da receita dos municípios em 2010. O gráfico a seguir apresenta os valores desse indicador para os anos anteriores, demonstrando um aumento da dependência do repasse de outros entes da federação.

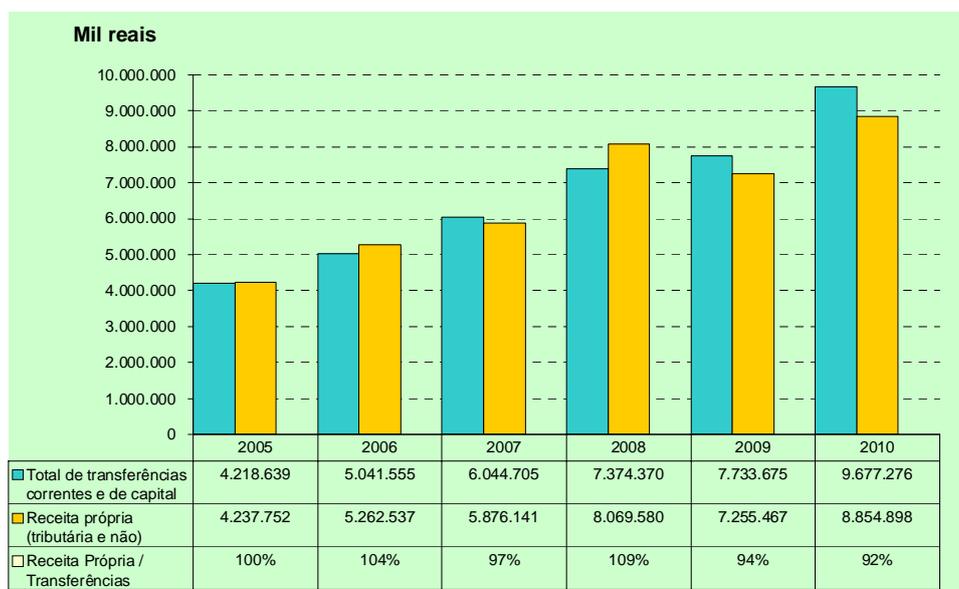
Gráfico 36: Indicador da dependência de transferência de recursos – 2005-2010



Caso somássemos as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2010, subiria para 71%.

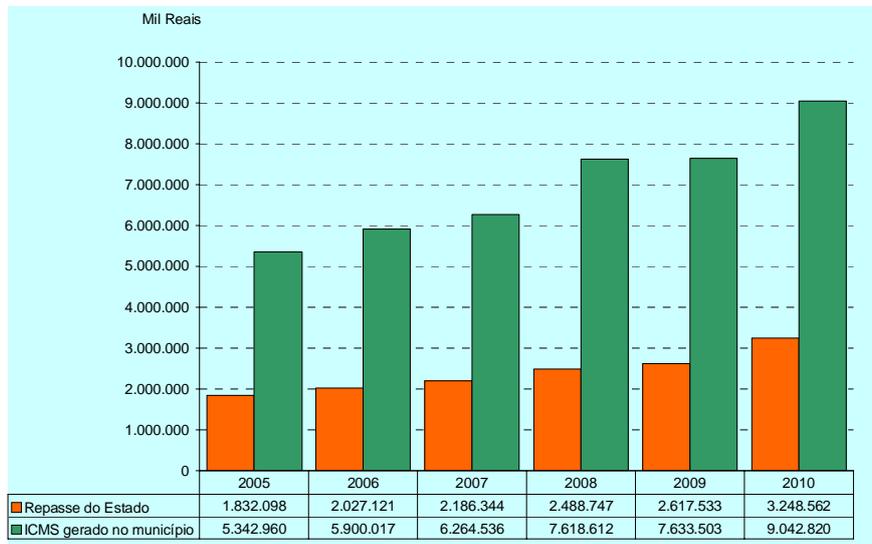
Esse indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira do município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* e demais participações governamentais que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 3,5 bilhões em 2010.

Gráfico 37: Comparativo entre transferências correntes de outros entes e receita própria – 2005-2010



Outra maneira de verificar a autonomia municipal é a comparação do valor do ICMS arrecadado no município com o repasse feito pelo estado (excluída a parcela do FUNDEF/FUNDEB), apresentada no gráfico que segue.

Gráfico 38: Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído – 2005-2010



6. Indicador da carga tributária *per capita* em 2010:

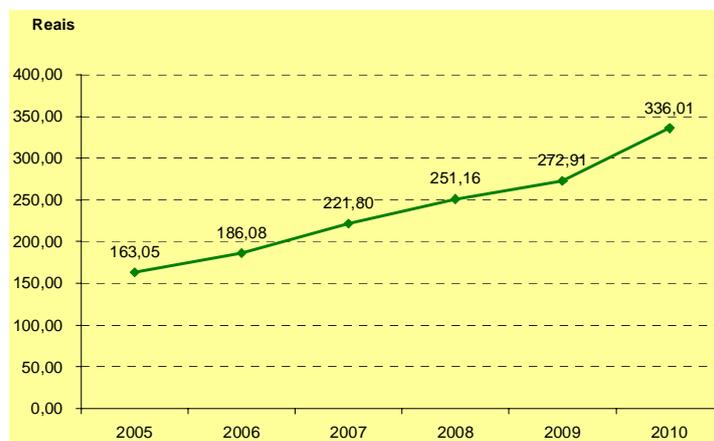
$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{cobrança da dívida ativa}}{\text{população dos 91 municípios}}$$

$$\frac{\text{R\$ } 2.980.750.704 + 268.320.368}{9.669.483} = \text{R\$ } 336,01/\text{habitante}$$

Esse indicador reflete a carga tributária que cada habitante tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Ao longo do exercício de 2010, cada pessoa contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 336 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 106% no período. Enquanto Macaé supera R\$ 1,5 mil/hab, Laje do Muriaé não alcança os R\$ 25/hab.

Gráfico 39: Indicador da carga tributária per capita – 2005-2010



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

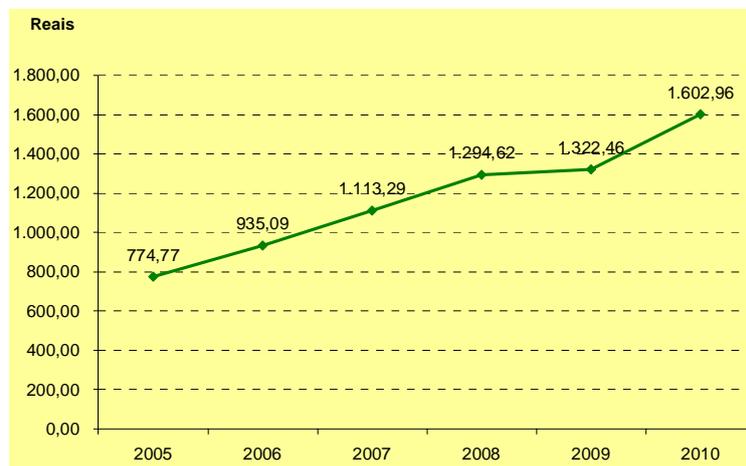
7. Indicador do custeio *per capita* em 2010:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{população dos 91 municípios}} = \frac{\text{R\$ 15.499.825.233}}{9.699.483} = \text{R\$ 1.602,96/hab}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em tese, o *quantum* com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com 1.603 reais em 2010. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 107% no período de 2005 a 2010. Esse indicador varia desde R\$ 8.425/hab em Quissamã a R\$ 586/hab em São Gonçalo.

Gráfico 40: Indicador do custeio per capita – 2005-2010



8. Indicador dos investimentos *per capita* em 2010:

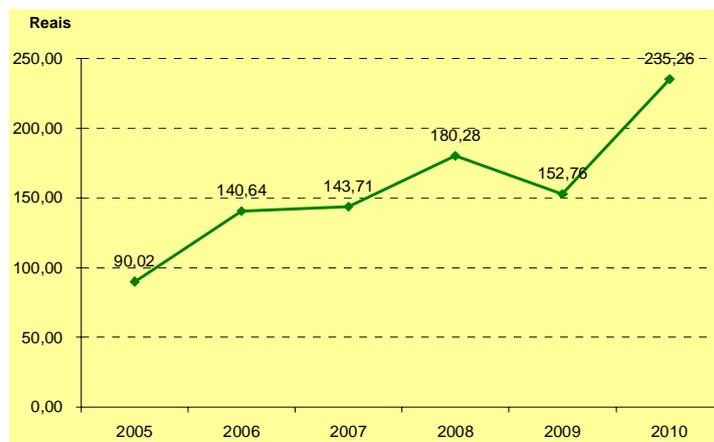
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população dos 91 municípios}} = \frac{\text{R\$ 2.274.824.110}}{9.669.483} = \text{R\$ 235,26/hab}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Em 2010, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a 235 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento *per capita* dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 336,01 (Indicador nº 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R\$ 235,26 representaria praticamente que 70% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos.

Gráfico 41: Indicador dos investimentos per capita – 2005-2010



Enquanto São João da Barra investe R\$ 2.055 por habitante, Teresópolis não alcançou R\$ 41 *per capita*.

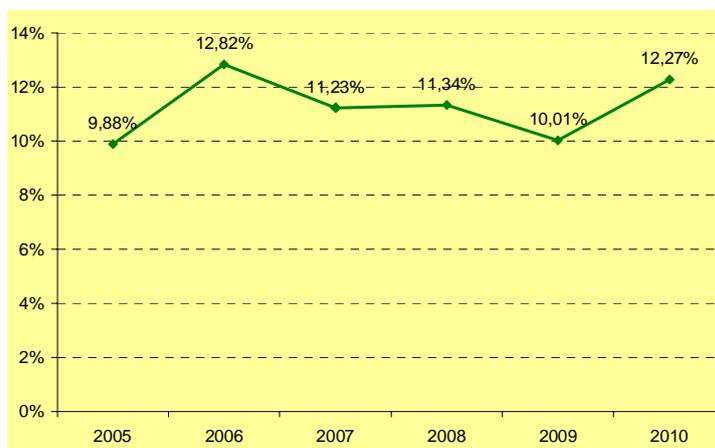
9. Indicador do grau de investimento em 2010:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$ } 2.274.824.110}{\text{R\$ } 18.532.174.731} = 0,1227$$

Esse indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 12,3% da receita total do município. Esse quociente vem apresentando níveis equivalentes, evidenciando uma parcela pequena dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município. Quarenta municípios superaram essa média em 2010, com destaque para Tanguá e Saquarema, que superaram os 40% da receita em investimentos.

Gráfico 42: Indicador do grau de investimento – 2005-2010



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

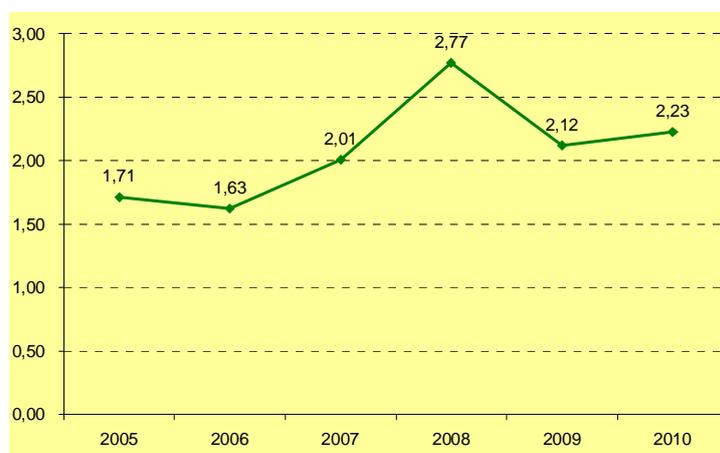
10. Indicador da liquidez corrente em 2010:

$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ 6.219.838.560}}{\text{R\$ 2.790.055.861}} = 2,23$$

Esse quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo. O gráfico a seguir aponta que a situação de liquidez do conjunto dos municípios esteve equilibrada em todos os seis exercícios analisados.

Gráfico 43: Indicador de liquidez corrente – 2005-2010



Deve ser considerado que, para os municípios com as contas anuais consolidadas, o ativo financeiro inclui as aplicações de seus regimes próprios de previdência social. Ainda assim, 19 municípios não fecharam 2010 com liquidez corrente.

Nas páginas seguintes são apresentadas tabelas que permitem comparar os desempenhos das finanças municipais, num resumo de alguns dos diversos indicadores apresentados individualmente no Estudo Socioeconômico de cada município.

Uma análise pormenorizada está disponível para cada localidade fluminense no site www.tce.rj.gov.br. Para mais informações, consulte o ícone ou o mapa Perfil dos Municípios.

Tabela 1 - Receitas totais e per capita de 2010, com indicadores

Município	Receita total em 2010 (R\$ mil)	Ranking da receita total	Receita per capita em 2010 (R\$)	Ranking da receita total per capita	Autonomia financeira em 2010	Esforço tributário em 2010
Angra dos Reis	690.171	6	4.071,54	12	17,3%	16,2%
Aperibé	29.840	86	2.921,74	29	5,9%	7,8%
Araruama	155.090	30	1.384,63	80	18,4%	27,5%
Areal	33.264	84	2.911,98	30	11,0%	12,1%
Armação de Búzios	136.845	33	4.965,34	6	16,7%	22,2%
Arraial do Cabo	62.771	53	2.264,87	44	14,3%	29,4%
Barra do Piraí	151.817	31	1.601,82	69	17,6%	14,1%
Barra Mansa	281.861	16	1.585,16	71	10,9%	19,3%
Belford Roxo	439.426	12	936,28	88	11,2%	13,6%
Bom Jardim	53.510	59	2.112,25	50	7,3%	7,4%
Bom Jesus do Itabapoana	54.762	56	1.546,47	73	7,4%	8,6%
Cabo Frio	504.547	11	2.709,31	35	12,4%	11,6%
Cachoeiras de Macacu	131.983	35	2.431,84	41	13,9%	15,2%
Cambuci	34.052	80	2.296,64	43	2,0%	2,8%
Campos dos Goytacazes	1.867.225	1	4.026,53	13	7,7%	5,7%
Cantagalo	53.793	58	2.712,72	34	7,4%	8,3%
Carapebus	65.251	52	4.884,40	8	1,7%	1,6%
Cardoso Moreira	40.448	72	3.210,16	22	2,8%	2,2%
Carmo	45.164	67	2.590,56	38	2,5%	3,6%
Casimiro de Abreu	174.361	25	4.932,85	7	5,2%	5,7%
Comendador Levy Gasparian	23.205	91	2.836,75	31	6,9%	8,6%
Conceição de Macabu	45.614	64	2.150,48	48	3,2%	3,0%
Cordeiro	38.330	76	1.876,15	60	6,7%	6,5%
Duas Barras	33.689	83	3.082,25	24	2,1%	2,5%
Duque de Caxias	1.461.896	2	1.709,72	68	19,4%	18,4%
Engenheiro Paulo de Frontin	34.361	79	2.595,82	37	2,8%	2,3%
Guapimirim	94.539	44	1.836,32	63	9,0%	11,1%
Iguaba Grande	50.429	61	2.206,88	45	15,1%	2,6%
Itaboraí	312.829	15	1.434,94	76	24,7%	30,7%
Itaguaí	333.410	14	3.056,26	25	58,7%	45,7%
Italva	39.266	74	2.792,17	32	4,2%	3,5%
Itaocara	42.505	70	1.856,20	61	5,8%	5,8%
Itaperuna	170.987	26	1.784,07	64	9,9%	11,5%
Itatiaia	77.024	48	2.676,04	36	16,7%	21,1%
Japeri	110.263	39	1.154,69	84	4,1%	8,2%
Laje do Muriaé	27.659	88	3.694,21	15	1,2%	1,0%
Macaé	1.356.049	3	6.559,58	4	33,2%	25,3%
Macuco	24.956	89	4.736,33	10	5,4%	5,0%
Magé	277.866	17	1.222,35	83	10,7%	32,6%
Mangaratiba	161.511	29	4.430,29	11	23,8%	34,0%
Maricá	181.020	23	1.420,20	77	16,7%	15,2%
Mendes	35.129	78	1.958,71	56	5,6%	7,1%
Mesquita	166.991	28	991,77	86	11,6%	8,4%
Miguel Pereira	52.055	60	2.112,46	49	11,1%	11,7%
Miracema	47.686	63	1.776,48	65	2,8%	3,9%

(continua)

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 1 – Receitas totais e per capita de 2010, com indicadores (cont.)

Município	Receita total em 2010 (R\$ mil)	Ranking da receita total	Receita per capita em 2010 (R\$)	Ranking da receita total per capita	Autonomia financeira em 2010	Esforço tributário em 2010
Natividade	45.298	65	3.003,47	27	6,0%	7,3%
Nilópolis	174.941	24	1.111,26	85	13,6%	19,9%
Niterói	1.054.771	4	2.163,36	47	44,1%	43,5%
Nova Friburgo	264.004	19	1.449,92	75	18,2%	19,5%
Nova Iguaçu	740.391	5	929,84	89	15,4%	40,6%
Paracambi	88.915	45	1.886,82	58	8,5%	9,9%
Paraíba do Sul	71.135	51	1.731,45	67	8,6%	8,2%
Paraty	126.939	37	3.382,07	20	9,6%	10,8%
Paty do Alferes	54.093	57	2.052,17	53	6,2%	17,8%
Petrópolis	546.525	9	1.846,89	62	20,9%	19,1%
Pinheiral	45.256	66	1.991,97	54	8,5%	7,2%
Piraí	170.335	27	6.473,16	5	11,6%	7,7%
Porciúncula	43.588	68	2.454,31	39	5,0%	4,9%
Porto Real	131.628	36	7.933,22	3	4,9%	4,7%
Quatis	38.492	75	3.008,87	26	4,4%	4,1%
Queimados	135.538	34	982,43	87	9,6%	16,4%
Quissamã	190.872	22	9.429,49	1	2,4%	2,2%
Resende	251.651	21	2.101,14	51	17,7%	16,6%
Rio Bonito	116.355	38	2.094,56	52	18,6%	19,1%
Rio Claro	55.903	55	3.208,20	23	9,0%	-140,3%
Rio das Flores	33.839	82	3.952,64	14	17,9%	15,2%
Rio das Ostras	508.942	10	4.816,06	9	11,9%	10,8%
Santa Maria Madalena	37.681	77	3.650,94	17	4,5%	4,1%
Santo Antônio de Pádua	71.209	50	1.754,38	66	8,1%	7,8%
São Fidélis	57.449	54	1.530,21	74	4,5%	3,8%
São Francisco de Itabapoana	78.002	46	1.886,19	59	4,9%	8,2%
São Gonçalo	689.500	7	689,69	91	18,4%	28,2%
São João da Barra	273.414	18	8.349,30	2	5,2%	4,6%
São João de Meriti	353.214	13	770,08	90	13,2%	55,2%
São José do Ubá	24.522	90	3.501,61	19	2,3%	1,8%
São José do Vale do Rio Preto	40.038	73	1.977,10	55	4,8%	5,6%
São Pedro d'Aldeia	107.675	42	1.225,32	82	14,1%	27,1%
São Sebastião do Alto	32.608	85	3.665,84	16	12,8%	8,5%
Sapucaia	42.836	69	2.444,30	40	21,8%	22,6%
Saquarema	145.280	32	1.957,05	57	27,5%	30,2%
Seropédica	109.577	40	1.401,50	79	13,1%	12,4%
Silva Jardim	77.860	47	3.646,99	18	5,9%	5,0%
Sumidouro	40.463	71	2.715,61	33	1,8%	3,6%
Tanguá	47.713	62	1.552,55	72	7,3%	9,1%
Teresópolis	260.173	20	1.588,88	70	18,2%	17,4%
Trajano de Moraes	34.023	81	3.306,75	21	2,4%	-2,1%
Três Rios	108.897	41	1.406,36	78	12,0%	13,8%
Valença	98.775	43	1.374,87	81	7,7%	13,4%
Varre - Sai	28.432	87	3.000,71	28	3,3%	4,4%
Vassouras	75.439	49	2.192,34	46	8,7%	9,0%
Volta Redonda	602.537	8	2.337,20	42	19,2%	21,8%

Tabela 2 - Despesas totais e per capita de 2010

Município	Despesa total em 2010 (R\$ mil)	Ranking da despesa total	Apresentou equilíbrio orçamentário em 2010?	Despesa per capita em 2010 (R\$)	Ranking da despesa total per capita
Angra dos Reis	637.188	8	Sim	3.758,98	15
Aperibé	33.162	80	Não	3.247,01	22
Araruama	165.496	26	Não	1.477,54	75
Areal	32.373	81	Sim	2.833,98	28
Armação de Búzios	137.470	33	Não	4.988,01	5
Arraial do Cabo	67.229	52	Não	2.425,71	39
Barra do Pirai	108.299	41	Sim	1.142,66	85
Barra Mansa	300.195	15	Não	1.688,26	69
Belford Roxo	415.975	12	Sim	886,31	88
Bom Jardim	51.616	59	Sim	2.037,50	51
Bom Jesus do Itabapoana	57.692	56	Não	1.629,21	71
Cabo Frio	486.651	10	Sim	2.613,21	33
Cachoeiras de Macacu	128.110	35	Sim	2.360,48	41
Cambuci	30.783	85	Sim	2.076,11	49
Campos dos Goytacazes	1.876.759	1	Não	4.047,09	13
Cantagalo	54.795	57	Não	2.763,23	30
Carapebus	63.617	53	Sim	4.762,11	7
Cardoso Moreira	38.132	72	Sim	3.026,34	24
Carmo	43.018	66	Sim	2.467,48	38
Casimiro de Abreu	163.138	28	Sim	4.615,34	8
Comendador Levy Gasparian	28.215	87	Não	3.449,30	21
Conceição de Macabu	45.357	65	Sim	2.138,35	45
Cordeiro	38.854	71	Não	1.901,81	59
Duas Barras	30.841	84	Sim	2.821,68	29
Duque de Caxias	1.491.958	2	Não	1.744,88	67
Engenheiro Paulo de Frontin	35.672	78	Não	2.694,85	31
Guapimirim	95.296	45	Não	1.851,01	64
Iguaba Grande	48.734	62	Sim	2.132,67	46
Itaboraí	292.280	17	Sim	1.340,69	79
Itaguaí	321.403	14	Sim	2.946,19	27
Italva	30.870	83	Sim	2.195,11	43
Itaocara	39.642	70	Sim	1.731,17	68
Itaperuna	181.311	24	Não	1.891,79	60
Itatiaia	72.410	50	Sim	2.515,72	36
Japeri	115.598	36	Não	1.210,56	83
Laje do Muriaé	28.322	86	Não	3.782,83	14
Macaé	1.156.983	3	Sim	5.596,64	4
Macuco	25.778	89	Não	4.892,43	6
Magé	296.724	16	Não	1.305,30	81
Mangaratiba	163.712	27	Não	4.490,66	9
Maricá	176.748	25	Sim	1.386,69	78
Mendes	36.470	76	Não	2.033,46	52
Mesquita	139.077	31	Sim	825,99	90
Miguel Pereira	45.711	64	Sim	1.855,02	63
Miracema	50.343	61	Não	1.875,46	62

(continua)

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 2 – Despesas totais e per capita de 2010 (cont.)

Município	Despesa total em 2010 (R\$ mil)	Ranking da despesa total	Apresentou equilíbrio orçamentário em 2010?	Despesa per capita em 2010 (R\$)	Ranking da despesa total per capita
Natividade	37.594	74	Sim	2.492,67	37
Nilópolis	185.360	22	Não	1.177,45	84
Niterói	1.024.473	4	Sim	2.101,22	48
Nova Friburgo	256.904	20	Sim	1.410,92	77
Nova Iguaçu	775.108	5	Não	973,44	87
Paracambi	97.767	44	Não	2.074,68	50
Paraíba do Sul	68.389	51	Sim	1.664,60	70
Paraty	162.016	29	Não	4.316,62	11
Paty do Alferes	51.348	60	Sim	1.948,01	56
Petrópolis	522.693	9	Sim	1.766,35	66
Pinheiral	41.227	68	Sim	1.814,66	65
Piraí	114.161	37	Sim	4.338,42	10
Porciúncula	42.596	67	Sim	2.398,44	40
Porto Real	130.498	34	Sim	7.865,12	3
Quatis	37.726	73	Sim	2.948,96	26
Queimados	137.684	32	Não	997,99	86
Quissamã	182.572	23	Sim	9.019,47	1
Resende	231.286	21	Sim	1.931,10	57
Rio Bonito	104.766	42	Sim	1.885,93	61
Rio Claro	52.302	58	Sim	3.001,56	25
Rio das Flores	31.807	82	Sim	3.715,39	16
Rio das Ostras	434.052	11	Sim	4.107,39	12
Santa Maria Madalena	37.257	75	Sim	3.609,78	18
Santo Antônio de Pádua	77.615	47	Não	1.912,21	58
São Fidélis	58.866	55	Não	1.567,96	73
São Francisco de Itabapoana	82.343	46	Não	1.991,17	54
São Gonçalo	647.304	7	Sim	647,48	91
São João da Barra	271.897	18	Sim	8.302,96	2
São João de Meriti	397.789	13	Não	867,26	89
São José do Ubá	24.765	90	Não	3.536,29	19
São José do Vale do Rio Preto	40.746	69	Não	2.012,07	53
São Pedro d'Aldeia	112.116	38	Não	1.275,85	82
São Sebastião do Alto	28.026	88	Sim	3.150,74	23
Sapucaia	46.527	63	Não	2.654,92	32
Saquarema	161.939	30	Não	2.181,47	44
Seropédica	104.431	43	Sim	1.335,67	80
Silva Jardim	77.264	48	Sim	3.619,09	17
Sumidouro	34.743	79	Sim	2.331,73	42
Tanguá	61.182	54	Não	1.990,83	55
Teresópolis	258.028	19	Sim	1.575,78	72
Trajano de Moraes	36.243	77	Não	3.522,46	20
Três Rios	110.391	39	Não	1.425,65	76
Valença	108.601	40	Não	1.511,64	74
Varre - Sai	24.101	91	Sim	2.543,65	35
Vassouras	72.885	49	Sim	2.118,12	47
Volta Redonda	656.962	6	Não	2.548,31	34

Tabela 3 - Carga tributária per capita em 2010 – total e rubricas

Município	Carga tributária per capita em 2010 (R\$)	Ranking da carga tributária per capita	IPTU per capita em 2010 (R\$)	Ranking do IPTU per capita	ISS per capita em 2010 (R\$)	Ranking do ISS per capita
Angra dos Reis	577,80	6	171,34	4	359,43	6
Aperibé	148,12	49	10,16	82	97,83	41
Araruama	230,15	30	89,68	15	67,59	53
Areal	257,87	28	43,88	29	159,49	25
Armação de Búzios	764,60	5	249,16	3	217,28	16
Arraial do Cabo	317,32	19	91,73	14	119,22	34
Barra do Piraí	172,84	41	34,07	43	106,81	37
Barra Mansa	158,68	44	41,42	30	104,56	39
Belford Roxo	87,42	70	13,46	76	57,67	57
Bom Jardim	130,26	54	12,64	78	85,02	47
Bom Jesus do Itabapoana	95,81	69	28,99	47	35,04	77
Cabo Frio	293,21	25	110,65	13	93,28	46
Cachoeiras de Macacu	299,02	24	20,93	60	254,33	13
Cambuci	36,09	90	17,43	66	14,46	90
Campos dos Goytacazes	230,19	29	39,11	34	152,42	26
Cantagalo	178,85	40	7,89	85	138,74	29
Carapebus	76,93	76	16,63	71	55,57	60
Cardoso Moreira	62,05	81	8,03	84	41,74	72
Carmo	54,98	85	10,37	81	35,39	76
Casimiro de Abreu	208,39	34	40,61	32	149,61	27
Comendador Levy Gasparian	200,62	36	20,97	59	168,67	21
Conceição de Macabu	56,68	84	12,25	80	26,58	85
Cordeiro	111,05	60	34,25	42	49,01	64
Duas Barras	51,78	86	12,76	77	29,93	81
Duque de Caxias	299,76	23	56,92	23	226,22	14
Engenheiro Paulo de Frontin	60,84	82	17,34	68	34,00	79
Guapimirim	158,13	45	31,13	45	107,99	36
Iguaba Grande	268,41	27	136,62	8	65,31	54
Itaboraí	303,68	22	48,49	26	210,67	17
Itaguaí	1.396,26	2	121,36	11	1.228,84	2
Italva	74,35	78	20,41	63	41,66	73
Itaocara	86,62	71	23,41	51	52,01	62
Itaperuna	165,35	42	38,45	36	102,39	40
Itatiaia	389,01	11	132,75	9	209,97	18
Japeri	38,62	88	5,63	87	27,46	84
Laje do Muriaé	34,86	91	5,13	89	22,23	88
Macaé	1.593,18	1	53,31	25	1.460,19	1
Macuco	192,93	38	41,24	31	135,90	30
Magé	126,84	55	24,49	50	84,58	48
Mangaratiba	981,80	3	295,05	2	494,04	4
Maricá	215,90	31	120,03	12	47,36	68
Mendes	97,58	67	12,62	79	47,67	67
Mesquita	83,68	72	33,97	44	27,57	83
Miguel Pereira	194,06	37	81,19	17	81,67	49
Miracema	46,96	87	21,26	58	19,20	89

(continua)

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 3 – Carga tributária per capita em 2010 – total e rubricas (cont.)

Município	Carga tributária per capita em 2010 (R\$)	Ranking da carga tributária per capita	IPTU per capita em 2010 (R\$)	Ranking do IPTU per capita	ISS per capita em 2010 (R\$)	Ranking do ISS per capita
Natividade	134,75	51	15,20	73	96,26	43
Nilópolis	126,34	56	37,05	39	50,81	63
Niterói	852,03	4	371,46	1	305,16	9
Nova Friburgo	212,76	32	65,66	22	69,92	52
Nova Iguaçu	133,42	53	35,76	41	72,03	51
Paracambi	133,65	52	16,85	70	106,44	38
Paraíba do Sul	119,33	58	56,21	24	34,37	78
Paraty	309,35	20	79,73	18	122,78	33
Paty do Alferes	99,49	65	44,41	28	28,01	82
Petrópolis	352,59	14	141,83	7	126,03	31
Pinheiral	123,65	57	19,41	65	94,62	45
Piraí	445,37	9	72,83	21	320,95	7
Porciúncula	109,58	62	38,39	37	52,45	61
Porto Real	338,53	15	20,81	62	286,88	10
Quatis	109,88	61	23,05	53	56,63	58
Queimados	79,47	74	17,21	69	56,52	59
Quissamã	203,69	35	26,82	49	168,08	22
Resende	304,83	21	75,25	20	202,52	19
Rio Bonito	331,65	16	37,43	38	283,50	11
Rio Claro	209,61	33	22,20	55	161,54	24
Rio das Flores	561,34	7	15,90	72	516,90	3
Rio das Ostras	368,56	12	83,65	16	169,56	20
Santa Maria Madalena	136,86	50	14,57	75	96,82	42
Santo Antônio de Pádua	117,87	59	38,81	35	60,99	56
São Fidélis	58,53	83	14,89	74	11,31	91
São Francisco de Itabapoana	82,92	73	19,42	64	44,77	69
São Gonçalo	107,73	63	35,81	40	42,96	71
São João da Barra	317,58	18	23,09	52	274,97	12
São João de Meriti	98,76	66	30,88	46	48,56	65
São José do Ubá	64,52	80	8,52	83	31,42	80
São José do Vale do Rio Preto	78,61	75	20,87	61	24,57	86
São Pedro d'Aldeia	154,49	48	76,13	19	41,08	74
São Sebastião do Alto	330,36	17	4,50	90	312,84	8
Sapucaia	520,17	8	21,37	57	477,26	5
Saquarema	358,76	13	144,79	6	163,32	23
Seropédica	157,95	46	22,24	54	124,19	32
Silva Jardim	180,69	39	22,17	56	139,64	28
Sumidouro	36,45	89	5,75	86	22,75	87
Tanguá	96,18	68	17,36	67	40,22	75
Teresópolis	276,64	26	131,07	10	79,17	50
Trajano de Moraes	67,70	79	5,23	88	48,55	66
Três Rios	155,19	47	45,05	27	96,17	44
Valença	101,49	64	40,36	33	43,94	70
Varre - Sai	75,82	77	3,99	91	62,10	55
Vassouras	160,74	43	28,51	48	115,13	35
Volta Redonda	399,71	10	150,36	5	226,00	15

Tabela 4 - Custeio per capita e comprometimento em 2010

Município	Custeio per capita em 2010 (R\$)	Ranking do custeio per capita	Comprometimento da receita corrente com o custeio em 2010	Ranking do comprometimento com o custeio
Angra dos Reis	3.333,37	11	83%	69
Aperibé	2.516,14	23	89%	40
Araruama	1.249,23	77	90%	34
Areal	2.354,77	30	81%	72
Armação de Búzios	4.568,51	5	92%	24
Arraial do Cabo	2.211,94	37	98%	5
Barra do Pirai	983,55	83	61%	91
Barra Mansa	1.457,84	66	94%	18
Belford Roxo	781,64	88	91%	31
Bom Jardim	1.788,45	46	93%	20
Bom Jesus do Itabapoana	1.291,93	75	93%	22
Cabo Frio	2.368,08	29	87%	46
Cachoeiras de Macacu	2.148,15	40	92%	25
Cambuci	1.818,43	45	83%	70
Campos dos Goytacazes	2.987,56	17	75%	85
Cantagalo	2.421,45	26	93%	23
Carapebus	4.555,91	6	95%	13
Cardoso Moreira	2.223,94	35	77%	82
Carmo	2.217,82	36	89%	41
Casimiro de Abreu	4.033,19	8	84%	63
Comendador Levy Gasparian	2.909,27	18	103%	2
Conceição de Macabu	1.755,28	50	86%	54
Cordeiro	1.668,21	58	89%	43
Duas Barras	2.453,33	25	89%	44
Duque de Caxias	1.543,91	63	94%	15
Engenheiro Paulo de Frontin	2.161,26	39	83%	68
Guapimirim	1.755,19	51	96%	9
Iguaba Grande	1.774,73	48	84%	62
Itaboraí	1.227,29	78	86%	55
Itaguaí	2.377,87	28	78%	80
Italva	1.756,87	49	63%	90
Itaocara	1.492,46	65	81%	75
Itaperuna	1.666,66	59	93%	19
Itatiaia	2.323,03	32	87%	50
Japeri	932,52	84	81%	73
Laje do Muriaé	2.880,23	19	78%	79
Macaé	4.793,99	4	73%	88
Macuco	3.563,87	10	75%	83
Magé	1.180,97	80	97%	8
Mangaratiba	4.126,36	7	93%	21
Maricá	1.294,30	74	92%	26
Mendes	1.742,77	53	92%	27
Mesquita	721,63	90	75%	86
Miguel Pereira	1.752,11	52	84%	64
Miracema	1.680,35	57	95%	12

(continua)

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

 Tabela 4 – Custeio *per capita* e comprometimento em 2010 (cont.)

Município	Custeio per capita em 2010 (R\$)	Ranking do custeio per capita	Comprometimento da receita corrente com o custeio em 2010	Ranking do comprometimento com o custeio
Natividade	2.233,12	34	78%	78
Nilópolis	931,67	85	95%	14
Niterói	1.931,97	43	90%	38
Nova Friburgo	1.166,89	81	90%	37
Nova Iguaçu	864,71	86	96%	11
Paracambi	1.564,68	62	92%	29
Paraíba do Sul	1.386,29	69	80%	76
Paraty	3.226,56	12	97%	6
Paty do Alferes	1.608,22	61	83%	65
Petrópolis	1.686,68	56	91%	30
Pinheiral	1.446,96	68	78%	77
Piraí	3.843,70	9	83%	66
Porciúncula	2.182,21	38	90%	33
Porto Real	6.850,96	2	87%	49
Quatis	2.482,64	24	87%	48
Queimados	832,00	87	87%	47
Quissamã	8.425,63	1	89%	39
Resende	1.724,06	54	84%	60
Rio Bonito	1.786,80	47	85%	58
Rio Claro	2.331,89	31	77%	81
Rio das Flores	3.141,83	13	86%	52
Rio das Ostras	3.087,81	14	64%	89
Santa Maria Madalena	3.062,92	16	88%	45
Santo Antônio de Pádua	1.451,99	67	86%	57
São Fidélis	1.308,93	72	90%	36
São Francisco de Itabapoana	1.699,09	55	97%	7
São Gonçalo	586,41	91	86%	51
São João da Barra	6.157,25	3	74%	87
São João de Meriti	747,68	89	105%	1
São José do Ubá	2.834,75	21	90%	35
São José do Vale do Rio Preto	1.647,63	60	83%	67
São Pedro d'Aldeia	1.097,15	82	90%	32
São Sebastião do Alto	2.579,07	22	75%	84
Sapucaia	2.388,72	27	100%	3
Saquarema	1.302,75	73	84%	61
Seropédica	1.205,30	79	86%	53
Silva Jardim	3.066,91	15	86%	56
Sumidouro	2.047,10	42	81%	74
Tanguá	1.318,60	70	85%	59
Teresópolis	1.517,77	64	96%	10
Trajano de Moraes	2.869,85	20	94%	17
Três Rios	1.291,70	76	94%	16
Valença	1.313,61	71	99%	4
Varre - Sai	2.289,86	33	82%	71
Vassouras	1.850,23	44	92%	28
Volta Redonda	2.083,13	41	89%	42

Tabela 5 - Investimento *per capita* e grau de investimento em 2010

Município	Investimento per capita em 2010 (R\$)	Ranking do investimento per capita	Grau de investimento em 2010	Ranking do grau de investimento
Angra dos Reis	358,75	31	9%	62
Aperibé	662,01	12	23%	10
Araruama	193,38	61	14%	33
Areal	329,35	36	11%	47
Armação de Búzios	348,84	32	7%	75
Arraial do Cabo	186,44	62	8%	66
Barra do Pirai	134,92	73	8%	64
Barra Mansa	179,84	63	11%	46
Belford Roxo	83,83	82	9%	61
Bom Jardim	198,29	60	9%	60
Bom Jesus do Itabapoana	277,60	43	18%	18
Cabo Frio	201,31	59	7%	70
Cachoeiras de Macacu	160,79	69	7%	76
Cambuci	224,17	50	10%	57
Campos dos Goytacazes	1.002,75	4	25%	5
Cantagalo	312,24	39	12%	43
Carapebus	153,96	70	3%	89
Cardoso Moreira	713,80	10	22%	12
Carmo	208,00	57	8%	68
Casimiro de Abreu	555,76	16	11%	48
Comendador Levy Gasparian	424,17	26	15%	27
Conceição de Macabu	279,19	42	13%	39
Cordeiro	215,47	53	11%	44
Duas Barras	346,97	33	11%	49
Duque de Caxias	139,86	71	8%	67
Engenheiro Paulo de Frontin	514,48	22	20%	15
Guapimirim	74,18	85	4%	86
Iguaba Grande	309,32	40	14%	32
Itaboraí	85,01	81	6%	83
Itaguaí	538,70	17	18%	19
Italva	383,39	29	14%	35
Itaocara	201,33	58	11%	50
Itaperuna	211,60	55	12%	42
Itatiaia	165,21	68	6%	80
Japeri	270,04	44	23%	8
Laje do Muriaé	824,63	8	22%	11
Macaé	750,93	9	11%	45
Macuco	1.262,72	2	27%	4
Magé	117,58	76	10%	59
Mangaratiba	329,14	37	7%	71
Maricá	74,51	84	5%	85
Mendes	262,11	46	13%	37
Mesquita	99,41	79	10%	55
Miguel Pereira	67,69	86	3%	88
Miracema	175,13	66	10%	56

(continua)



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 5 – Investimento per capita e grau de investimento em 2010 (cont.)

Município	Investimento per capita em 2010 (R\$)	Ranking do investimento per capita	Grau de investimento em 2010	Ranking do grau de investimento
Natividade	212,22	54	7%	74
Nilópolis	222,46	51	20%	14
Niterói	135,94	72	6%	79
Nova Friburgo	209,25	56	14%	28
Nova Iguaçu	59,96	88	6%	77
Paracambi	464,39	25	25%	7
Paraíba do Sul	176,41	65	10%	54
Paraty	1.003,93	3	30%	3
Paty do Alferes	338,35	35	16%	22
Petrópolis	40,96	91	2%	91
Pinheiral	324,85	38	16%	25
Piraí	472,92	24	7%	72
Porciúncula	216,22	52	9%	63
Porto Real	947,03	6	12%	41
Quatis	413,75	27	14%	34
Queimados	165,99	67	17%	21
Quissamã	593,84	15	6%	78
Resende	129,36	75	6%	81
Rio Bonito	63,62	87	3%	90
Rio Claro	527,09	18	16%	23
Rio das Flores	522,59	20	13%	38
Rio das Ostras	999,61	5	21%	13
Santa Maria Madalena	515,75	21	14%	31
Santo Antônio de Pádua	409,37	28	23%	9
São Fidélis	232,57	48	15%	26
São Francisco de Itabapoana	269,43	45	14%	30
São Gonçalo	48,91	90	7%	73
São João da Barra	2.055,35	1	25%	6
São João de Meriti	98,36	80	13%	40
São José do Ubá	674,41	11	19%	16
São José do Vale do Rio Preto	340,21	34	17%	20
São Pedro d'Aldeia	131,30	74	11%	51
São Sebastião do Alto	524,09	19	14%	29
Sapucaia	237,56	47	10%	58
Saquarema	846,57	7	43%	1
Seropédica	112,45	78	8%	69
Silva Jardim	492,76	23	14%	36
Sumidouro	279,48	41	10%	53
Tanguá	657,86	13	42%	2
Teresópolis	55,86	89	4%	87
Trajano de Moraes	609,12	14	18%	17
Três Rios	81,66	83	6%	84
Valença	115,56	77	8%	65
Varre - Sai	178,45	64	6%	82
Vassouras	228,74	49	10%	52
Volta Redonda	382,39	30	16%	24

Tabela 6 – Royalties e dependência de transferências em 2010

Município	Royalties recebidos em 2010 (R\$ mil)	Ranking dos royalties recebidos	Royalties per capita em 2010 (R\$)	Ranking dos royalties per capita	Grau de dependência de transferências e royalties em 2010	Proporção dos royalties na receita total em 2010
Angra dos Reis	97.573	6	575,62	18	71%	14%
Aperibé	3.594	84	351,88	30	85%	12%
Araruama	8.023	39	71,63	74	69%	5%
Areal	643	89	56,33	78	77%	2%
Armação de Búzios	54.682	11	1.984,12	8	77%	40%
Arraial do Cabo	6.527	47	235,50	44	69%	10%
Barra do Piraí	9.330	32	98,44	68	58%	6%
Barra Mansa	18.465	20	103,85	64	68%	7%
Belford Roxo	11.277	27	24,03	86	75%	3%
Bom Jardim	5.707	56	225,26	50	81%	11%
Bom Jesus do Itabapoana	6.203	51	175,16	55	86%	11%
Cabo Frio	188.837	5	1.014,01	11	78%	37%
Cachoeiras de Macacu	29.713	17	547,48	20	74%	23%
Cambuci	4.837	71	326,20	34	86%	14%
Campos dos Goytacazes	1.110.281	1	2.394,24	4	86%	59%
Cantagalo	6.146	53	309,94	37	83%	11%
Carapebus	30.654	16	2.294,67	5	96%	47%
Cardoso Moreira	4.699	73	372,97	27	80%	12%
Carmo	6.191	52	355,10	29	89%	14%
Casimiro de Abreu	73.401	8	2.076,58	7	83%	42%
Comendador Levy Gasparian	641	90	78,40	73	90%	3%
Conceição de Macabu	5.256	63	247,79	43	79%	12%
Cordeiro	5.140	66	251,59	42	85%	13%
Duas Barras	4.486	78	410,42	26	88%	13%
Duque de Caxias	69.408	9	81,17	72	70%	5%
Engenheiro Paulo de Frontin	4.604	76	347,82	31	95%	13%
Guapimirim	32.312	15	627,62	15	86%	34%
Iguaba Grande	5.227	65	228,76	49	71%	10%
Itaboraí	9.007	33	41,31	84	60%	3%
Itaguaí	6.475	48	59,35	76	46%	2%
Italva	4.660	74	331,33	32	84%	12%
Itaocara	5.384	61	235,12	45	78%	13%
Itaperuna	8.321	37	86,82	70	86%	5%
Itatiaia	6.746	44	234,38	47	71%	9%
Japeri	15.972	22	167,26	59	85%	14%
Laje do Muriaé	4.158	81	555,36	19	86%	15%
Macaé	462.767	2	2.238,53	6	63%	34%
Macuco	4.174	80	792,16	13	93%	17%
Magé	38.462	13	169,20	58	80%	14%
Mangaratiba	29.188	18	800,63	12	67%	18%
Maricá	38.269	14	300,24	38	67%	21%
Mendes	4.954	67	276,21	39	88%	14%
Mesquita	8.563	35	50,86	82	80%	5%
Miguel Pereira	5.642	57	228,94	48	77%	11%
Miracema	5.519	60	205,61	52	79%	12%

(continua)

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 6 – Royalties e dependência de transferências em 2010 (cont.)

Município	Royalties recebidos em 2010 (R\$ mil)	Ranking dos royalties recebidos	Royalties per capita em 2010 (R\$)	Ranking dos royalties per capita	Grau de dependência de transferências e royalties em 2010	Proporção dos royalties na receita total em 2010
Natividade	4.793	72	317,79	36	74%	11%
Nilópolis	8.570	34	54,44	80	76%	5%
Niterói	49.289	12	101,09	66	43%	5%
Nova Friburgo	9.938	29	54,58	79	77%	4%
Nova Iguaçu	13.731	25	17,24	89	71%	2%
Paracambi	6.372	50	135,21	61	91%	7%
Paraíba do Sul	1.075	87	26,17	85	87%	2%
Paraty	56.745	10	1.511,87	9	84%	45%
Paty do Alferes	5.572	59	211,37	51	73%	10%
Petrópolis	13.905	24	46,99	83	65%	3%
Pinheiral	5.326	62	234,43	46	84%	12%
Piraí	18.207	21	691,90	14	54%	11%
Porciúncula	4.897	69	275,71	40	75%	11%
Porto Real	9.803	30	590,81	16	93%	7%
Quatis	4.638	75	362,56	28	86%	12%
Queimados	8.401	36	60,89	75	79%	6%
Quissamã	96.466	7	4.765,64	2	95%	51%
Resende	13.294	26	111,00	63	70%	5%
Rio Bonito	6.708	45	120,75	62	68%	6%
Rio Claro	5.628	58	322,98	35	80%	10%
Rio das Flores	3.594	85	419,78	25	81%	11%
Rio das Ostras	302.492	3	2.862,45	3	82%	59%
Santa Maria Madalena	4.848	70	469,73	22	95%	13%
Santo Antônio de Pádua	6.552	46	161,41	60	82%	9%
São Fidélis	6.435	49	171,39	57	81%	11%
São Francisco de Itabapoana	7.290	41	176,27	54	93%	9%
São Gonçalo	15.252	23	15,26	90	70%	2%
São João da Barra	204.625	4	6.248,68	1	92%	75%
São João de Meriti	9.991	28	21,78	87	69%	3%
São José do Ubá	4.136	82	590,61	17	88%	17%
São José do Vale do Rio Preto	5.239	64	258,72	41	94%	13%
São Pedro d'Aldeia	7.317	40	83,26	71	70%	7%
São Sebastião do Alto	4.375	79	491,90	21	83%	13%
Sapucaia	924	88	52,72	81	68%	2%
Saquarema	6.824	43	91,92	69	67%	5%
Seropédica	8.067	38	103,17	65	83%	7%
Silva Jardim	26.229	19	1.228,59	10	85%	34%
Sumidouro	4.904	68	329,10	33	85%	12%
Tanguá	5.862	55	190,75	53	90%	12%
Teresópolis	9.333	31	56,99	77	69%	4%
Trajano de Moraes	4.488	77	436,21	23	87%	13%
Três Rios	1.576	86	20,35	88	70%	1%
Valença	7.254	42	100,98	67	85%	7%
Varre - Sai	4.101	83	432,83	24	83%	14%
Vassouras	6.024	54	175,06	56	82%	8%
Volta Redonda	não informado	91	não informado	91	65%	não informado

Órgão responsável pelos Estudos Socioeconômicos

Coordenadoria de Auditoria de Qualidade

Marcello Leoni Lopes de A. Torres

Equipe Técnica

Marcelo Franca de Faria Mello

Eduardo Henrique Sant'Anna Pinheiro

Arte

Maria Inês Blanchart

Agradecimentos

Inspetoria de Exame das Administrações Financeiras
da Subsecretaria de Controle Municipal